



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

AMANDA VIRGÍNIA LIMA DO NASCIMENTO

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DAS PERCEPÇÕES POLÍTICAS
DOS BRASILEIROS**

TERESINA-PI
2016

AMANDA VIRGÍNIA LIMA DO NASCIMENTO

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DAS PERCEPÇÕES POLÍTICAS
DOS BRASILEIROS**

Trabalho de Conclusão de curso da graduação
apresentado à Universidade Federal do Piauí-UFPI,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharelado em Ciência Política, sob a orientação
do Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas

TERESINA-PI

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e
Letras Serviço de Processamento Técnico

N244i Nascimento, Amanda Virgínia Lima do.
A influência da mídia na construção das percepções
políticas dos brasileiros / Amanda Virgínia Lima do
Nascimento. – 2016.
87 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em
Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes
Freitas.

1. Democracia – Representação. 2. Política. 3. Mídia -
Opinião Pública - Pesquisas. I. Título.

CDD 320.981

AMANDA VIRGÍNIA LIMA DO NASCIMENTO

**A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DAS PERCEPÇÕES POLÍTICAS
DOS BRASILEIROS**

Trabalho de Conclusão de curso da graduação
apresentado à Universidade Federal do Piauí-UFPI,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharelado em Ciência Política.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Orientador

1º Examinador

2º Examinador

Dedico este trabalho ao meu pai Sebastião Evangelista do Nascimento, por tudo que sempre fez por mim e pelo amor que me dedica. Pai se nunca desisti de meus objetivos e se sempre encontrei nos estudos o caminho para eu seguir, sendo o senhor o grande responsável por isso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre me ajudar nos momentos que recorro a ele.

Agradeço a meus pais Carmen e Sebastião por todo o amor que têm me dado e por me apoiarem em minhas decisões.

Agradeço a meus irmãos Flávio, Fabíola, Fábio, Marcos, Márcio e Léo por estarem sempre presentes em minha vida.

Agradeço a meus sobrinhos por darem mais luz a minha vida e me mostrarem a importância de sempre amar ao próximo.

Agradeço a meus demais parentes, em especial a minha tia Ducarmo por sempre acreditar em mim.

Agradeço a minhas madrinhas Amparo e Dorinha pelo amor desinteressado que me dão.

Agradeço a meus amigos pela sua presença nos momentos bons e ruins da minha vida.

Agradeço a meus professores do departamento de Ciência Política pelos conhecimentos transmitidos, e em especial ao meu orientador Vitor Sandes pela paciência e ajuda fornecida, assim como pela compreensão e o incentivo para que eu prosseguisse no curso.

Agradeço a meu namorado Edson pela paciência, compreensão e amor que tem me dado.

RESUMO

A relação entre a mídia e a política é um assunto que gera vários questionamentos dentro dos meios acadêmico e sociocultural. A inserção da Internet dentro dessa discussão gerou uma expectativa de solução para o problema da crise sofrida pelo governo representativo em que os partidos e conseqüentemente os candidatos sofrem descrédito por parte do eleitorado. A construção da imagem dos que almejam tornar-se representantes dentro do campo midiático está pautada nos resultados obtidos pelas pesquisas de opinião. Diante disso o presente trabalho teve como objetivo principal analisar a influência da mídia na construção da percepção política dos brasileiros. A metodologia qualitativa é a utilizada na pesquisa através da análise de conteúdo com a inserção de pesquisas realizadas pelos institutos Datafolha e DataSenado nos anos de 2008 e 2009 respectivamente.

Palavras-chave: Democracia, representação, política, mídia, opinião pública, pesquisas.

ABSTRACT

The relationship between the media and politics is a subject that raises many questions within the academic and socio-cultural means. The integration of the Internet in this discussion generated an expected solution to the problem of the crisis suffered by the representative government in which parties and candidates consequently suffer discredited by the electorate. The image of construction that aims to make - if representatives within the media field is guided on the results obtained by the polls . Therefore this study aimed to analyze the influence of media in building the political perception of the Brazilians. The qualitative methodology is used in the search through the content analysis with the inclusion of surveys conducted by Datafolha and DataSenado institutes in 2008 and 2009 respectively.

Keywords: democracy , representation, politics, media , public opinion, research.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO.....	13
	2.1 O que é Democracia?	13
	2.2 Democracia e Liberdade.....	15
	2.3 Democracia Representativa.....	17
	2.4 Partidos Políticos.....	22
	2.5 Participação Política.....	26
	2.6 A Crise do Governo Representativo.....	29
3.	MÍDIA E POLÍTICA.....	33
	3.1 Os meios de comunicação e a influência sobre a massa.....	33
	3.2 Mídia e Democracia.....	36
	3.2.1 A Internet e a Democracia.....	41
	3.3 Internet e Participação.....	43
	3.4 Os meios de comunicação e a política.....	46
	3.5 A mídia e a formação da Agenda Pública.....	49
	3.6 A mídia e as Pesquisas de Opinião.....	51
4.	ALGUMAS VISÕES ACERCA DA MÍDIA SOBRE A PERCEPÇÃO POLÍTICA DA MASSA.....	55
	4.1 A importância do estudo dos impactos da mídia no meio político....	55
	4.2 A Formação da Opinião Pública.....	57
	4.3 Atitude Política.....	62
	4.4 Mídia e Atitude Política.....	64
	4.5 A internet e as eleições.....	66
	4.6 Os Jovens e a Internet.....	71
5.	CONCLUSÃO.....	80
	REFERÊNCIAS.....	83

RELAÇÃO DE FIGURAS

QUADRO 1. Tipos de governo representativo.....	21
QUADRO 2. Elementos formadores da atitude política.....	58
FIGURA 1. Intensidade e Valência da Atitude Política.....	62
GRÁFICO 1. A importância da Internet nas eleições.....	68
GRÁFICO 2. Frequência de Uso da Internet.....	68
GRÁFICO 3. Vantagens do uso da Internet.....	69
GRÁFICO 4. Acesso a portais ou blogs de notícia.....	70
GRÁFICO 5. Participação em redes sociais por faixa etária.....	70
GRÁFICO 6. Posicionamento Político.....	75
GRÁFICO 7. Jovens que assistem o noticiário político.....	76
GRÁFICO 8. Principal fonte de informação.....	77

1 INTRODUÇÃO

A democracia no Brasil ainda é recente, nossa Constituição foi promulgada em outubro de 1988. Antes da criação desta a história brasileira era marcada por uma instabilidade constitucional. Todavia, mesmo com o florescer da nova Constituição, a mesma acabou sucumbindo aos vícios sistemáticos do meio político, adquirindo uma relativa instabilidade que levou os atores políticos a uma mobilização em prol de modificações em nossa Carta Magna.

Neste contexto, observa-se a influência dos diversos meios de comunicação a favor do regime democrático, fazendo com que os governantes e os governados tivessem uma maior interação e permitiu que os ideais democráticos fossem difundidos entre todos os níveis sociais. A disseminação de informações é importante para os cidadãos estarem aptos a formular suas ações dentro do sistema político de forma consciente. John Stuart Mill (1981) era um dos defensores da universalização da educação. Ele acreditava que só ela prepararia os indivíduos para exercer seu papel de forma plena dentro do governo representativo, ao possibilitar que estes usem as informações a que têm acesso da melhor maneira possível.

Os meios de comunicação modificaram as formas de relacionamento entre as pessoas. Um dos primeiros meios de comunicação a fazer essa transformação foi o rádio que causou uma verdadeira revolução na humanidade. Alguns anos após o seu surgimento ocorreu a chegada da televisão que alterou o modo de transmissão dos fatos, antes transmitidos somente pelas vias escrita ou oral, a possibilidade de visualização propiciada pela televisão levou a modificação do discurso político e aproximou os representantes e representados. Contudo, a relação existente entre a mídia e a política gerou uma desconfiança sobre as mensagens que eram emitidas. O advento da Internet surgiu assim como uma provável solução para esse paradigma.

A mídia tem sido utilizada como um instrumento fundamental no campo político. Os partidos fazem uso dela para projetar a imagem dos seus candidatos entre outras atribuições. Nessa perspectiva procuramos responder a seguinte pergunta: de que maneira a mídia influencia a construção das percepções sobre política no Brasil?

As respostas a esse questionamento se dão a partir da inserção dos meios de comunicação de massa, no cenário político, isso se deu a partir do desenvolvimento da democracia do público que levou os partidos a procurarem uma

aproximação cada vez maior com os representados. Segundo Manin, “Eles têm de buscar ativamente o apoio dos eleitores a cada votação, ajustando seus temas de campanha a interesses variáveis dos eleitores, e reconfigurando, conseqüentemente, a composição do seu público alvo.” (MANIN, 2013, p.123).

O presente trabalho tem o propósito de apresentar um panorama acerca da influência da mídia sobre a construção de percepções políticas no Brasil. Para tanto, foram analisadas as pesquisas e produções literárias compreendidas entre os anos de 2000 a 2015. O seu foco é apresentar como as pesquisas têm evidenciado a influência da mídia sobre as percepções políticas dos cidadãos brasileiros, com foco nos jovens, que são mais impactados pelas novas formas da mídia organizar, via redes sociais os debates sobre o meio político na internet. O trabalho tem o objetivo de explorar, a partir de pesquisas já realizadas, a relação entre mídia e política no atual contexto democrático brasileiro.

Além de retomar um debate fundamental para compreender a democracia brasileira, o mesmo visa, através do estudo de pesquisas que utilizam diversos métodos, destacar a importância de se considerar a mídia como uma variável necessária para a compreensão do cenário político. Portanto, o trabalho tem tanto um esforço teórico quanto empírico, fundamental para se construir explicações sobre a complexa democracia brasileira.

As manifestações ocorridas no Brasil a partir de 2013 e o advento das discussões políticas nas redes sociais, estimularam a construção deste trabalho, que procura entender como a mídia influencia e permeia o voto dos eleitores. Daí a importância dessas novas formas de construção do debate político, sem que haja a necessidade da presença de partidos políticos, facilitada pelas novas formas de interação entre os cidadãos, reforçando a necessidade de nos voltarmos para o estudo dessa nova dinâmica da relação entre representantes e representados.

O trabalho foi realizado a partir da análise de conteúdos com base em matérias de artigos de jornais e revistas, pesquisas de opinião e a literatura acerca da comunicação política, procurando entender como essa nova variável interfere no comportamento eleitoral. Partindo das concepções e trabalhos de autores como: Aldé (2001,2011) e Miguel (2003,2004,2011,2013,2014,2015), entre outros, que tem como foco relatar as relações existentes entre a mídia e o campo político. Esta monografia procura ainda acrescentar nesse debate o efeito proveniente da inserção dos

aplicativos de mensagens instantâneas na formação da opinião pública e quais as suas consequências na relação entre representantes e representados.

O trabalho se estrutura em três capítulos. O primeiro aborda o caminho que a democracia percorreu, o surgimento do governo representativo, a forma pela qual se dá a relação entre os indivíduos e os atores políticos, até a crise da representatividade. O segundo procura demonstrar a influência da mídia no sistema democrático, desde o surgimento dos meios de comunicação de massa e o modo pelo qual ocorre a participação dos cidadãos dentro desse campo, a sua interferência na política e no processo de formação de agenda, até o advento das redes sociais e a inserção das pesquisas de opinião no mesmo. O terceiro procura explicitar como os jovens usam as redes sociais para participar ativamente da política até a interferência deles nas eleições, para tal, foram utilizadas as pesquisas dos Institutos Datafolha (2008) e DataSenado (2009).

Por fim, apresentaremos as conclusões onde procurou-se um direcionamento da nossa problemática, assim como a importância da mídia no campo eleitoral e a maneira pela qual ela afeta as percepções do eleitor, sem contudo, limitar o campo de pesquisa, dando margens a futuros trabalhos que contribuirão para a melhoria e aperfeiçoamento dos métodos hoje empregados.

2 DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO

2.1 O que é Democracia?

A democracia é um regime de governo que surgiu na Grécia antiga, mais precisamente na cidade de Atenas. Seu conceito estava associado a participação dos cidadãos, em que estes se reuniam em praça pública para definir as querelas da cidade e deliberar sobre as soluções a serem tomadas. Ela surgiu como antagonista aos governos autocráticos existentes àquela época.

Os cargos políticos públicos não deviam ser distribuídos entre a elite como acontecia nos governos autocráticos anteriores a democracia. Nesse até então novo sistema político, o povo era o verdadeiro soberano, e a distribuição dos cargos públicos era realizada através do sorteio.

A democracia grega incluía a assembleia popular, o sorteio para o preenchimento dos cargos públicos e o pagamento pelo exercício de suas funções, a isonomia, a isegoria, o rodízio nas posições de governo e a crença na igual capacidade de todos os cidadãos para a gestão da *polis*. O pensamento político antigo se punha a favor ou (mais frequentemente) contra a democracia. Num caso ou no outro, havia consenso sobre qual era o objeto da discussão (MIGUEL, 2005, p. 5).

A etimologia da palavra grega democracia significa governo do povo, (*demos=povo*), (*kratos=governo*). Para Abraham Lincoln em um discurso proferido em 1863: a democracia é “o governo do povo, pelo povo e para o povo”, essa definição se aproxima fielmente a essência da palavra, em consonância com suas ideias Medeiros (2013) afirma que ela é um regime político em que a soberania pertence ao povo e a ele compete a tomada de decisões. Nas cidades-estados atenienses o poder de deliberar sobre os aspectos públicos cabia a todos os cidadãos da *pólis*, entretanto mulheres, escravos (maioria da população) e os *metecos* (estrangeiros que residiam em Atenas), não pertenciam a esse seletivo grupo.

Por definição, na democracia, o poder emana do povo:

Por democracia entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mais de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se

contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e oligarquia (BOBBIO, 1998, p. 7).

Bobbio (1998) afirma que a forma pela qual os cidadãos exercem esse poder se subdivide em três tipos: Democracia direta, indireta e semidireta. Na democracia direta todos os cidadãos são responsáveis pela tomada de deliberações na política. Esse tipo de democracia, como um ideal rousseauiano é tido utópico nas sociedades modernas devido a grandes extensões territoriais, que impossibilitam a reunião dos cidadãos para deliberar sobre a vida pública. Destarte, faz-se necessário a delegação de poderes a outrem, havendo eleições pela qual são escolhidos os representantes a quem os eleitores transferem sua soberania, dando a estes o poder de tomar as decisões que sejam melhores para a *res pública* tornando-se uma democracia indireta ou participativa. Na democracia semidireta o povo em certos momentos é chamado para a tomada de decisões como para o estabelecimento de alguma lei ou mesmo para vetar algum projeto.

A democracia direta era a que definia o tipo de regime político exercido em Atenas, na qual todos os cidadãos poderiam participar da *ágora* (assembleia popular). Nas democracias atuais como já mencionado é impossível ocorrer uma democracia direta como ocorria na Grécia antiga. Todavia como o advento da democracia representativa e ampliação do significado de cidadania, o povo passou a ter o controle social e o modelo democrático contemporâneo aproximou-se do ideário grego.

Bobbio (1998) declara que a teoria democrática contemporânea possui três vertentes de pensamento político:

Teoria Clássica: É uma teoria propagada como Aristotélica, discursa sobre as três formas de governo, em que a democracia é entendida como governo do povo, de todos aqueles que são considerados cidadãos, diferindo-se da monarquia na qual o governo está concentrado nas mãos de um só e da aristocracia em que o governo pertence a poucos.

Teoria Medieval: É uma teoria romana, pautado na soberania popular, na qual persiste uma ambivalência entre a teoria ascendente e descendente da soberania, em que na primeira o poder emana o povo e se transmite ao governante

através da representação e no segundo caso é proveniente do monarca e é transferido ao povo.

Teoria Moderna: É a teoria Maquiavélica nascida juntamente com o advento do Estado Moderno nas formas das grandes monarquias, na qual só existem duas formas de governo a Monarquia e a República, em que a Democracia é uma vertente da última, assim como a aristocracia, o que ocasionou o intercâmbio entre as ideias democráticas e republicanas, sendo a segunda o governo genuinamente popular.

Essa relação existente entre as ideias democráticas e republicanas provenientes da teoria moderna da democracia é apresentada neste trabalho associada a ideia de representação e as transformações ocorridas nas formas de governo representativo.

2.2 Democracia e Liberdade

No século XIX, as discussões sobre democracia desenvolverem-se a partir do combate entre as duas doutrinas políticas dominantes: o liberalismo e o socialismo.

A perspectiva do liberalismo estava pautada nas ideias de Benjamin Constant, que em seu livro intitulado *A liberdade dos antigos comparada a dos modernos*, discursa sobre as divergências da concepção de liberdade para ambos os momentos históricos.

Constant (1819) afirma que a liberdade dos modernos está fundamentada no direito de se submeter somente as leis, não podendo nenhum outro indivíduo subjugá-lo ou maltratá-lo de forma arbitrária, é a liberdade individual na qual o cidadão é detentor de liberdades civis e políticas.

Entretanto, a liberdade dos antigos praticava o ideal rousseauiano da democracia direta. Contudo, apenas os poucos que eram considerados cidadãos detinham o poder de deliberar em praça pública, elaborar as leis e participar do corpo político. A liberdade dos antigos diferentemente da liberdade dos modernos, estava sujeita a uma forte vigilância de sua vida privada, na qual os primeiros estavam sujeitos a punições e interferências externas, já os segundos podem usá-la segundo aprofundarem desde que esta não ultrapasse o limite das leis.

Constant (1819), Tocqueville (2004) e John Stuart Mill (1981) eram autores liberais e defendiam que a democracia representativa ou parlamentar era a única compatível com o Estado liberal.

(...)isto é, com o Estado que reconhece e garante alguns direitos fundamentais, como são os direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião, etc, fosse a Democracia representativa ou parlamentar, onde o dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembleia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos. (BOBBIO, 1998, p.324).

Mill (1981) afirma que a liberdade propiciava a prosperidade, as nações que puderam ser livres, tornaram-se mais brilhantes e estavam sujeitas a menos crimes e injustiças sociais, do que as outras comunidades, incluindo elas mesmas após a perda de liberdade. A principal fundamentação dessa afirmativa segundo ele, é que somente o homem é capaz de promover melhorias positivas e duradouras em sua condição de vida. Nessas comunidades pode observa-se bons governos e relações sociais estáveis.

O governo livre promove a ampliação da educação, levando-a disseminar-se nas camadas mais desabastadas da população quando chama-os a participar das ações que darão curso ao futuro do país. A presença do indivíduo na discussões e ações políticas públicas geram a simpatia deste com seus conterrâneos e torna-os ciente das querelas de sua comunidade.

A concepção liberal da democracia vai além da participação no poder político, ela insere-se no contexto da liberdade de opinião, de reunião e associação para debater a política do país, bem como de se candidatar e poder eleger seus representantes. A democracia só pode persistir em um Estado liberal que salvasse os direitos fundamentais de liberdade e que permita aos indivíduos de participar da política da forma como lhe aprover.

A democracia de acordo perspectiva socialista se difere da perspectiva liberal, as duas vertentes têm concepções diferentes sobre o processo democrático, enquanto a primeira acredita que o sufrágio universal é um início, a segunda crê que este é um alicerce para o processo de democratização do Estado, pois ela

salvaguarda aos cidadãos sua soberania e permiti aos indivíduos a delegação de pessoas para representar seus interesses.

2.3 Da Democracia Representativa

Mill (1981) em seu livro Considerações sobre Governo Representativo afirma que a melhor forma de governo é aquela em que o povo é o soberano.

(..) a forma ideal de governo é aquela em que a soberania, o poder supremo de controle em última instância, pertence, à massa reunida da comunidade; aquela em que todo o cidadão não apenas tem uma voz no exercício do poder supremo, mas também é chamado, pelo menos ocasionalmente, a tomar parte ativa no governo pelo exercício de alguma função pública, local ou geral. (MILL, 1981, p.31)

Mill (1981) afirma que o governo ideal é aquele que pratica ações que beneficiem a população, sendo elas imediatas e futuras. Um governo populista seria o único capaz de realizar uma boa administração, e elevar o caráter nacional, pois o governante não pode realizar as ações segundo lhe aprouver, a Constituição limita seus poderes e os cidadãos possuem mecanismos de defesa, o qual não teriam se o sistema político vigente fosse uma monarquia, ou outros tipos de regime.

O ser humano tende a ser egoísta, se o poder soberano pertencesse à apenas uma classe, esta tenderia a beneficiar-se e iria negligenciar as demais, e mesmo que fossem consideradas, não seriam relevantes na tomada de decisões por parte da classe dominante. Destarte, um governo na qual todos os cidadãos participassem, mesmo que a parcela de soberania que pertencesse a cada indivíduo fosse mínima, ela seria útil e ajudaria no desenvolvimento da localidade, tornando o governo representativo o governo perfeito segundo Mill.

A democracia não será jamais a melhor forma de governo, a não ser que este seu lado fraco possa ser fortalecido; a não ser que possa ser organizada de maneira a não permitir que nenhuma classe, nem, mesmo a mais numerosa, possa, a reduzir todo o resto à insignificância política, e dirigir o curso da legislação e da administração segundo seus interesses exclusivos de classe. O problema está em achar os meios de impedir este abuso, sem sacrificar as vantagens características do governo popular. (Mill, 1981, p. 87)

Os governantes no governo representativo, devem estar atentos aos desejos e anseios dos cidadãos detentores do direito de voto, portanto, o sufrágio deve ser estendido a todas as pessoas maiores de idade que desejam participar do pleito eleitoral, pois só assim a representatividade será plena.

Mill (1981) defende a gratuidade da educação para que assim ela esteja ao alcance de todos, segundo ele é incabível que pessoas analfabetas, ou que não possuam a capacidade de realizar as mais simples operações aritméticas possam participar das eleições, ele defende que a educação deve ser acessível, para que assim todos possam ter a chance de votar conscientemente.

A Constituição que coloca os homens em posição de igualdade é favorável ao progresso, mesmo aqueles que não possuem muita instrução, recebem estímulos para sua inteligência ao escolherem seus representantes. Destarte, a Democracia Representativa só é possível desenvolver-se em um ambiente no qual todos os seres humanos participem, surgindo assim o sufrágio universal.

O autor também declarava que a soberania pertence ao povo e cabe ao Legislativo, elaborar as leis para representar a vontade do povo restringindo-se apenas a aprova-las e rejeitá-las, assim como ser o agente que deve fiscalizar e controlar a ação governamental de forma que os interesses de uma minoria não se sobressaiam sobre os demais, e caso seja necessário recorrer ao Judiciário para salvaguardar os direitos dos indivíduos, mesmos que as ações sejam voltadas contra o Executivo.

As Instituições políticas necessitam que todos participem, a função daquela é garantir os interesses da sociedade, e caso não haja vigilância por parte da população estas podem ser utilizadas por um tirano para a tomada de poder. Os cidadãos devem obedecer as leis e escolher aquele a qual acreditem que seja o melhor governante para garantia do bem-estar a sociedade.

Os governantes dos poderes Executivo e Legislativo devem permanecer no poder por tempo determinado, de forma que não sujam despostas e esses governem em favor dos cidadãos e não visando apenas a realização de seus interesses. O voto deve ser secreto, evitando assim que o indivíduo sucumba a influência de algum agente político.

O sufrágio universal é o mecanismo responsável pela eleição dos representantes, através do voto é que o povo transfere sua soberania. Entretanto, isso

é um fato recente pois vários segmentos da sociedade não podiam votar devido a sua cor, condição social ou gênero. Ao longo dos anos e de muitas lutas este direito estendeu-se a todos, tornando possível o sufrágio universal.

Na democracia representativa como já mencionado o povo escolhe seus representantes e estes são designados para defender os interesses daqueles que os elegeram (Mill, 1981). Bernard Manin (1995) em seu livro metamorfoses do governo representativo aponta quatro princípios inerentes ao governo representativo:

Os representantes devem ser eleitos pelos governados - A representação ocorre a partir do momento que aqueles que serão os representados, escolhem seus regentes por um certo período de tempo. Ele afirma que as eleições não eliminam as diferenças de status nem de funções do povo e do governo, todavia, a delegação de poderes dadas a outros indivíduos é necessária, pois o povo é incapaz de governar a si mesmo. A eleição legitima o poder dos governantes, contudo ela não permite que a vontade deste se sobressaia sobre as demais. Um governo pode até ser um governo de elite, porém estas estão submetidas a vontade do povo que podem os destituírem do poder através caso sua gestão não os agrada.

Os governantes possuem uma independência parcial em relação a predileção dos eleitores - O povo pode a qualquer momento destituir os governantes do poder, todavia, os representantes têm uma certa autonomia na tomada de decisões, em que cabe a eles decidir o que é melhor independentemente da vontade dos representados ao que Manin chama de mandatos imperativos na qual os eleitores dão instruções do que querem a seus governantes, eles não tem sequer a necessidade de cumprir as promessas feitas nas campanhas eleitorais, restando aos eleitores somente o direito de não os reeleger. O governo representativo não é um regime na qual os representantes estão sujeitos a vontade de seus representados.

A liberdade de expressão em relação aos assuntos políticos- Os eleitores podem expressar livremente suas opiniões em relação ao governo, só que para que esta exista são necessários dois elementos, primeiramente os governados devem ter acesso a informação política, dado que as informações governamentais devem ser públicas, e o segundo elemento é que devem ser garantidos por lei o direito à liberdade.

As decisões políticas são tomadas após debate - Aqueles que foram escolhidos como representantes tem total liberdade de expressão dentro da assembleia, sendo as resoluções decididas através de consenso.

A escolha periódica de representantes não se resume apenas a manutenção de interesses dos governados, ela salvaguarda a igualdade para todos, assim como decidir aquilo que é melhor para sua localidade. Assim como afirma Urbinati(2013) não se pode contar com a sorte para se obter bons legisladores, isso fez com que as eleições se transformassem em símbolo para a democracia, sendo a periodicidade delas imprescindível para a estabilidade desse regime.

Manin(1995) faz um ensaio referente a três tipos ideais de governo representativo: o parlamentar, a democracia de partido e a democracia do público que serão apontados neste trabalho como um breve resumo.

No modelo parlamentar o sucesso eleitoral se dá de acordo com as relações sociais dos candidatos, em que ele é eleito de acordo com a confiança de seus concidadãos. Nesse tipo de governo os governantes formam uma elite de notáveis, em que as pessoas se destacam em seu território devido a sua personalidade, riqueza ou ocupação. O representante pode votar segundo sua vontade, ele está suscetível aos desejos dos eleitores e as decisões são tomadas no parlamento.

Na democracia de partido ocorreu a expansão do voto aos mais diferentes segmentos da sociedade, o que gerou um afastamento da identificação entre eleitores e eleitos, o que resultou numa maior aproximação entre os eleitores e os partidos na qual os cidadãos tendem a votar nas agremiações que oferecem programas políticos semelhantes a aquilo que anseiam, os governantes não podem exercer livremente a sua vontade pessoal, eles estão sujeitos as deliberações provenientes dos partidos, e caso hajam de forma contrária podem sofrer sanções. Os partidos são os responsáveis pela organização das eleições e da divulgação de informações públicas, sua opinião está submetida a vontade do eleitorado, e as resoluções são tomadas primeiramente no âmbito partidário e depois no parlamento.

Na democracia de público os eleitores são influenciados pelos meios de comunicação em massa, os eleitores votam não mediante a um programa eleitoral mas de acordo com os seus serviços prestados. Destarte, os governantes estão

sujeitos as perspectivas dos eleitores tentando sempre se encaixar no ideário destes, e para tal fazem uso de pesquisas de opinião, que orientam os representantes em suas tomadas de decisões as pessoas votam em candidatos não em partidos, estes ainda possuem um papel importante, todavia o maior poder de decisão está nas mãos do líder partidário, a relação entre os representantes e representados acontecem de forma indireta, a mídia é quem faz essa aproximação, e na maioria dos casos é neutra ao mostrar as informações políticas. As deliberações são tomadas a partir de reuniões entre os governos e os grupos de interesse, recebendo influência da mídia e da opinião mutável do eleitor.

QUADRO 1. Tipos de governo representativo

Modelo	Parlamentar	Democracia de Partido	Democracia de Público
Tipo de relação	Relação direta entre o representante e o representado	Relação entre eleitos e eleitores feitas através da mediação do partido	Relação indireta entre governantes e governados e que sofre interferência midiática
Ação do representante	Segundo sua própria consciência	Ação limitada pelas vontades dos partidos	As ações são realizadas de acordo com os resultados das pesquisas de opinião pública
Tomada de decisão	Dentro do Parlamento	Decisões tomadas previamente dentro dos partidos para depois irem ao parlamento.	Deliberações feitas após reuniões entre governos e grupos de interesse com influência da mídia e das pesquisas de opinião.

Fonte(Elaboração Própria a partir de Manin, 1995)

As bases que constituem a democracia representativa são: o sufrágio universal, a igualdade perante a lei, a separação de poderes, a representação como base das instituições políticas, poder limitado dos governantes, Estado de direito, temporariedade dos mandatos eletivos, direitos e possibilidades de representação que abrangem os mais diversos segmentos da sociedade.

Urbinati (2013) atenta que a representação modifica e expande a política, promove a formação de grupos e identidades assim como:

Ela modifica a identidade do social, uma vez que, no momento em que as divisões sociais se tornam políticas ou adotam uma linguagem política, elas adquirem uma identidade na arena pública de opiniões e tornam-se mais inclusivas ou representativas de um espectro mais largo de interesses e opiniões.(Urbinati, 2006, p.219)

Os partidos políticos identificam essas identidades e a utilizam para fazer suas coligações e montar seus programas políticos, apesar de não explicitarem que na maior parte das vezes os grupos de interesse que apoiam.

2.4 Partidos Políticos

Partido político na definição Weberiana, é a agremiação de pessoas que possuem uma finalidade em comum, estes indivíduos reúnem-se visando a execução de um projeto com propósitos materiais e ideais, objetivando benefícios individuais ou coletivos.

Os partidos agem a fim de obter poder político dentro da localidade em que se situam, sendo sua ação guiada por uma pluralidade de estímulos e motivações que levam a um comportamento político associado, para a manutenção ou efetivação de benefícios exclusivos e públicos.

As agremiações políticas abrangem diversas formações sociais, desde grupos unidos por conexões pessoais a associações complexas burocratizadas e impessoais, que têm mobilidade nas esferas do poder político.

Os partidos políticos propriamente ditos para que sejam definidos se faz necessário salientar a seguinte observação:

As associações que podemos considerar propriamente como partidos surgem quando o sistema político alcançou um certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão do trabalho que permitam, por um lado, um processo de tomada de decisões políticas em que participem diversas partes do sistema e, por outro, que, entre essas partes, se incluam, por princípio ou de fato, os representantes daqueles a quem as decisões políticas se referem. (Oppo, 1998, p.899)

Oppo(1998) ao fazer essa afirmativa exprime que o caráter do partido político em aceitar todas as esferas da sociedade civil reitera a soberania do povo, por permitir a participação deste na gestão do poder político.

Os países pioneiros na implementação do governo representativo, foram os primeiros em que ocorreram o surgimento dos partidos políticos propriamente ditos, devido aos processos civis e sociais, em que a gestão do poder público deveria ser feita por um representante do povo, e que ao longo dos anos promoveram uma democratização da vida política e a integração dos mais diversos setores da sociedade civil no sistema político.

A questão da participação impulsionou o surgimento e desenvolvimento dos partidos devido ao aumento da demanda de membros participantes provenientes de todos os estratos da sociedade no processo de formação das decisões políticas, isso só foi possível graças as transformações econômicas e sociais e que abalaram a ordem tradicional e modificaram as relações de poder.

As modificações econômicas e sociais que advieram propiciaram o aparecimento de grupos que propuseram a ampliação da gestão do poder político a segmentos antes excluídos, com uma estruturação política e social diferente.

Os partidos foram o meio pelo qual as classes menos favorecidas puderam adentrar no sistema político, a partir deste elas puderam expressar suas querelas, fazer reivindicações, auferir direitos e participar das decisões políticas.

A função que acomete os partidos no processo político é a de organizar as eleições, nomear de indivíduos para concorrer a cargos públicos mediante o pleito eleitoral, inserindo-se como sujeito da ação política, em que este é designado a operar no sistema de forma a conquistar o poder e governar.

A forma de recrutamento e as classes sociais envolvidas, assim como o regime político vigente no país determinam as características dos partidos.

“Os primeiros partidos políticos surgiram na Europa e nos Estados Unidos no século XIX”(Oppo,1998. p. 899). O apogeu da burguesia dentro da classe política, a disseminação das instituições parlamentares e os anseios para uma Constituição propiciaram a sua formação.

Um dos primeiros países a ampliar o sufrágio foi a Inglaterra, favorecendo a inserção da burguesia na gestão dos cargos públicos juntamente com a aristocracia. Com a elaboração da *Reform Act*, surgiram algumas estruturas organizacionais a qual deveriam elaborar as eleições para o parlamento, e fazer a contagem de votos. Estas agremiações eram formadas por pessoas que pleiteavam uma vaga ao parlamento, pessoas que haviam lutado pela ampliação do sufrágio ou mesmo grupo de interesses. Nestes grupos existia um número reduzidos de membros, suas ações restringiam-se ao período eleitoral. Seus líderes eram pessoas notáveis na localidade, que pertenciam a aristocracia, a burguesia da alta sociedade e que escolhiam os candidatos e financiavam as suas candidaturas.

As agremiações não possuíam nenhum vínculo organizativo, sendo as identidades partidárias restringidas ao parlamento, sendo o grupo que o compunha o responsável pela preparação do programa eleitoral e da escolha dos líderes partidários.

Oppo(1998) discursa que o regime parlamentarista permite que os parlamentares possam gozar de uma liberdade de ação política, podendo fazer as liberações segundo lhe aprouver independentemente do partido ou daqueles que o elegeram. A esse tipo de partido que em que aqueles que mais se destacavam na localidade eram os representantes a literatura denominou-os de partidos dos notáveis.

No final do século XIX observou-se o advento dos movimentos operários. A industrialização gerou uma série de transformações econômicas e sociais que geraram embates entre patrões e empregados. Os operários se reuniam para fazer reivindicações e protestavam por melhores condições de trabalho o que acabou gerando formas organizacionais cada vez mais complexas o que fomentou a criação do partido dos trabalhadores.

A emergência dos partidos socialistas em países como Alemanha(1875), Itália(1892), Inglaterra(1900) e França(1905), fez com que os partidos adquirissem implicações totalmente inovadoras. As massas passaram a ser incluídas, a organização era mais abrangente, detentora de estabilidade, com funcionários pagos para realização das atividades políticas.

O socialismo surgiu como uma nova forma de convivência da sociedade, tendo como geradora as classes mais desabastadas. A concretização desse objetivo só seria possível com a educação da massa e a sua conscientização.

Oppo (1998) aborda que para que o ideário socialista pudesse ocorrer seriam necessários que no país existissem estruturas organizativas estáveis e articuladas, que permitissem o enfrentamento de uma ação política envolvendo um número amplo de trabalhadores, que modificasse toda a esfera social, e que atendesse suas demandas e exigências específicas.

As atividades de educação e propaganda, o trabalho organizacional exigia pessoas que tivessem qualificação e fossem pagas para isto e que exigia dedicação em tempo integral, o que impossibilitava que os trabalhadores nos seus raros horários livres, abrissem mão do seu trabalho remunerado e se dedicassem a política. O problema do financiamento fora resolvido com o estabelecimento de contribuições regulares que cada membro deveria dar ao partido.

Nos partidos socialistas haviam seções que englobavam a maioria dos membros do partido pertencentes ao mesmo território. Nessas seções haviam reuniões recorrentes em que eram debatidos os principais problemas políticos e organizacionais do momento. Elas faziam a propaganda do partido e eram utilizadas como forma de recrutamento de pessoas, faziam eleições para os órgãos de direção interna, e escolhiam os principais representantes dos partidos.

As cúpulas dos partidos eram formadas pela direção central que era escolhida pelos enviados das seções ao congresso nacional, vale ressaltar que este era o mais importante para as deliberações dentro do partido e que definia o caminho a ser seguido por ele em todas as instâncias, inclusive a escolha dos candidatos dos partidos.

O sufrágio universal, a ampliação dos partidos operários, fizeram com que surgisse um tipo particular de partido, um modelo na qual a preocupação maior era arranjar eleitores e não associados. O partido eleitoral de massas procura conquistar os mais diversos segmentos da sociedade, com programas políticos abrangentes e flexíveis, que procuram envolver os mais diversos ideários da população, sua atividade principal é a escolha dos candidatos para as eleições, e os mais hábeis são aqueles que podem levar o partido a obter o êxito eleitoral.

A aquisição de maior poder político e a gerência dos negócios públicos federais, levaram a um aumento dos recursos dos partidos, permitindo-os atender aos mais diversos segmentos da sociedade e conseguir o apoio deles. O que fez com que este recebesse o nome de partido *catch-all*.

O partido *catch-all* ou partido pega tudo foi o último a surgir no cenário europeu. Segundo Oppo (1998), ao longo dos anos viu-se a transformação da maior parte dos partidos para esse modelo, a inserção das massas populares no sistema político, gerou uma maior intervenção estatal nos mais variados segmentos da sociedade, levando a novos planejamentos econômicos e sociais.

As novas conquistas auferidas pela massa, levaram a diminuição da pressão desta em relação ao governo, levando a uma estabilização das relações sociais e conseqüentemente uma menor participação da sociedade. A partir daí, os partidos operários diminuíram seu apelo pela busca de classes específicas da sociedade, e buscaram fazer uma modificação em sua imagem de modo que ela fosse aceita pelos mais diversos estamentos.

2.5 Participação Política

A Participação política na ciência política define uma gama de ações, segundo Sani(1998) estão entre elas: o ato do voto, a militância em um partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas, etc.

A maior parte dos estudos sobre participação política é proveniente de pesquisas, todavia estas pesquisas são realizadas em um número reduzido de países ocidentais, portanto, não podem ser aplicados em todas as cidades, excluindo principalmente aquelas menos desenvolvidas em que predominam um baixo índice escolar.

Sani(1998) afirma que a participação política se divide em três níveis:

O primeiro nível é o mais simples refere-se a presença em reuniões, na observação voluntária de mensagens políticas, etc. São situações em que o indivíduo não contribui pessoalmente.

Na segunda forma o sujeito aparece como um ser atuante dentro ou fora de uma organização política, em que a este foram destinadas atividades de caráter permanente ou provisório, como envolvimento em campanhas eleitorais, trabalhando na difusão da imprensa do partido, participando de manifestações de protesto, etc.

O terceiro nível relaciona-se a participação do indivíduo, nas decisões políticas seja ela direta, quando este é detentor de cargo público ou indireta, quando este delega alguém para assumir o poder e tomar as decisões políticas, visando o bem de toda a sociedade.

Destarte, a participação no terceiro nível só é possível em uma localidade em que haja um número reduzido de pessoas, em que não há uma competitividade no sistema político, e que as eleições são usadas para os mais diversos fins.

O ideal democrático pressupõe que os cidadãos sejam atentos em relação a coisa pública, informados sobre os acontecimentos políticos, sobre os principais problemas vigentes, devendo ser capacitados a escolher entre as alternativas apresentadas pela força política, e interessados em formas diretas ou indiretas de participação.

As pesquisas realizadas a respeito da participação, apontam que apenas um número reduzido de pessoas tem interesse pelo conhecimento sobre política, e mesmo que as informações sejam divulgadas nos meios de comunicação de massa, o grande público possui mais conhecimento sobre esportes ou notícias de entretenimento.

Na maioria dos casos a única forma de participação da maior parcela dos indivíduos é mediante o pleito eleitoral. Entretanto mesmo os países com tradições democráticas como o Estados Unidos, em que o voto não é obrigatório, o índice de abstenção é enorme. (SANI, 1998)

A militância em partidos políticos também possui um número bem pequeno de representantes, quando se leva em conta os atuantes esse número cai

para um valor ainda mais baixo, mesmo o agrupamento das pessoas em outras instituições como sindicatos, associações culturais, recreativas e religiosas.

Nos últimos ocorreu um crescimento de formas mais amenas de participação em que os meios de comunicação de massa são utilizados como meio de mobilização, recrutando principalmente os mais jovens, sendo propiciado pelo advento das redes sociais a mobilização ganhou patamares jamais imaginados.

A importância das manifestações é medida pela opinião pública quase sempre pela quantidade de representantes que são participantes dela. Sani(1998) afirma que quase nunca elas geram instrumentos organizativos ou seja a institucionalização da Participação política.

Sani(1998) também loquela que a participação política pode ser condicionada por fatores positivos ou negativos, elas são definidas por dois elementos fundamentais o primeiro é formado a partir de estruturas e conjunturas da participação política, determinadas pelo meio que indivíduo se situa, variando de acordo com o sistema político, sendo importante salientar que as estruturas de participação mais importantes estão ligadas ao sistema democrático e as forças políticas mais atuantes no processo de renovação dos cargos públicos. O segundo elemento refere-se as associações voluntárias que são a base de uma sociedade pluralista e que possuem três funções: estimular os indivíduos politicamente, servem como método de recrutamento, unem os indivíduos e os grupos primários as instituições e as forças políticas.

As estruturas de participação são ineficientes em locais em que a motivação a participação é baixa ou limitada a um pequeno grupo, nestas localidades as características da cultura política são mais acentuadas, e os estímulos a participação dos grupos sociais mais amplos são mínimos, ou contrários a inclusão destes no pleito eleitoral, levando-os a abstenção.

As pesquisas de participação procuram entender as características individuais, psicológicas ou sociológicas atreladas a uma baixa Participação política, algumas são constantes entre os diversos sistemas e outras são específicas de alguns regimes.

Os resultados das pesquisas até então realizadas, apontam que os níveis de participação são maiores entre os homens de classe mais alta, de maior grau de instrução, que residem tanto na zona urbana quanto na zona rural, em famílias na qual a política ocupa um lugar relevante, em ambientes em que o contato com pessoas mais politizadas é facilitado, entre outros, todavia estas pesquisas não desenvolveram uma Teoria de Participação política e não demonstram com exatidão a variedade dos resultados.

2.6 Crise do Governo Representativo

Nos últimos anos observou-se a diminuição da participação nas instituições representativas, o sentimento de ser representado está amíúde, e os laços que deveriam unir eleitos e eleitores estão afrouxados (Manin, 1995). Esse é um fenômeno que ocorre em todas as partes do globo e em todas as democracias existentes. Vários pesquisadores tentam entender quais motivos são os responsáveis pela insatisfação do público em relação aos partidos políticos.

Durante décadas, a representação parecia estar fundamentada em uma forte e estável relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos; a grande maioria dos eleitores se identificava com um partido e a ele se mantinha fiel. Hoje, porém, o eleitorado tende a votar de modo diferente de uma eleição para a outra, e as pesquisas de opinião revelam que tem aumentado o número dos eleitores que não se identificam com partido algum.”(MANIN, 1995, p. 1)

Inicialmente os partidos refletiam os estratos sociais, eles elaboravam um programa político para os eleitores e caso este obtivessem o êxito eleitoral, eles o botariam em prática. Contudo, recentemente a estratégia eleitoral tanto dos candidatos quanto dos partidos está pautada em imagens vagas, que delineiam a personalidade dos líderes.

As preferências dos cidadãos a respeito da questão política como já mencionadas são provenientes de pesquisa de opinião pública. As eleições já não são mais um meio pelo qual os cidadãos indicam as decisões políticas que desejam ser executadas, o campo político complicou-se de forma que os termos técnicos utilizados já não são compreendidos pelo eleitor. O contato entre políticos e eleitores se dá

através dos meios de comunicação e isso propiciou um distanciamento entre políticos e eleitores.

Anteriormente, foram citados os princípios do governo representativo segundo Manin (1995), o primeiro princípio como mencionado aborda que os governantes devem ser escolhidos pelos governados. Entretanto, um sistema eletivo não cria uma identidade entre os governantes e os governados, isso se dá principalmente devido as transformações dos partidos políticos que resultou no distanciamento dos cidadãos do âmbito político.

Miguel(2003) aponta que para que os mecanismos representativos sejam recuperados se faz necessário que seja compreendido o sentido próprio da representação. Segundo o autor um modelo representativo que tenha caráter inclusivo deve estar atento a formação de agendas, ao acesso aos meios de comunicação de massa e as que produzem os interesses coletivos.

O autor afirma que a assertiva de que o governo representativo passa por uma crise em todas as democracias não possui comprovação, todavia ela se sustenta em três conjuntos de evidência como: a diminuição do comparecimento eleitoral, a ampliação da desconfiança em relação as instituições, o declínio de adesão aos partidos políticos.

Miguel(2003) também faz uma crítica as pesquisas de opinião por acreditar que as categorias e preocupações não são compreendidas pelos entrevistados, sendo os questionários tendenciosos por influenciar os entrevistados a pensar e agir como eles, sendo assim os surveys por si só não dão conclusões significativas, devendo ser analisados juntamente com outros fatores.

A partir do século XIX os partidos se tornaram os mais importantes instrumentos da representação política. Miguel afirma que o motivo para a diminuição de adesão aos partidos, são a burocratização das estruturas internas, a diminuição das opções políticas, e as mudanças provenientes da entrada da mídia na competição eleitoral.

A função dos partidos dentro de um sistema político são além das já mencionadas a mobilizar eleitores, recrutamento de novos membros, apresentar

candidatos a cargos do governo, e dispor sobre o trabalho dos legisladores e governos.

Manin(1995) afirma que está ocorrendo um fenômeno recente com os eleitores, os chamados eleitores flutuantes, eleitores que não se identificam com um partido específico e a cada eleição eles mudam seu voto, o que pode ser explicado pela posição dos partidos serem próximas, em contrapartida ocorreu um aumento do número de partidos concorrendo no pleito eleitoral.

Muitos eleitores só decidem em que candidato vão votar na hora da eleição, ou durante a campanha eleitoral, e mesmo assim não se identificam com os partidos que acabam votando.

Os partidos ainda são dominantes na arena parlamentar, apenas um número ínfimo de candidatos conseguem se sobressair sem possuir o partido. Eles fazem suas campanhas tendo como centro os candidatos, pois como mencionado a participação dos meios de comunicação de massa nas eleições deram um caráter mais personalista a elas, não podendo ser esquecido o fato da figura mais importante dentro do partido ser o líder, cabendo a ele a decisão de qual é o caminho a ser seguido.

Outra área em que o partido ainda detém hegemonia é nas campanhas eleitorais, isso se dá em partes a quantidade de recursos que estes destinam a ela, tanto em propaganda quanto em pesquisa de mercados. Um dado interessante em relação a filiação partidária é que nos lugares em que a filiação é maior a presença da televisão é menor.

Os líderes dos partidos ao fazerem suas escolhas, levam em consideração os segmentos da sociedade, a partir daí selecionam o público-alvo que irão focar nas eleições.

Apesar da crise do modelo representativo, os partidos políticos modernos ainda funcionam como o meio pelo qual os eleitores demonstram seus desejos, eles são a ligação entre a sociedade e as instituições públicas.

Um dos fatores que tem contribuído para a crise do governo representativo, são as promessas não cumpridas após o êxito eleitoral, principalmente nos locais em que persistem altos níveis de pobreza e desigualdade social. Existem

casos em que os governantes até tentam implementar suas plataformas de campanha quando chegam ao poder, entretanto estão sujeitos a limitações que impedem a sua concretização. (MANIN, 1995)

Os eleitos dependem dos governados para conseguirem êxito, contudo, como mencionado a sua decisão não precisa estar atrelada a vontade do eleitor, mas mesmo assim este é estimulado a requerer cada vez mais do Estado, o que gera uma sobrecarga e interfere na autonomia governamental. (MANIN, 1995)

Segundo Manin(1995) os eleitores e os representantes têm uma forma diferente de pensar sobre o bem público. Os candidatos tendem a elaborar programas que abranjam o maior número possível de pessoas, procurando sempre maximizar as chances de conseguir um cargo eletivo, no poder ele implementa suas preferências, esperando que os eleitores os perdoem, sempre tentando compensar na economia, que é constantemente um fator preponderante para a manutenção do seu cargo.

3 MÍDIA E POLÍTICA

3.1 Os meios de comunicação e a influência sobre a massa

Atualmente os indivíduos têm acesso a uma gama de informações sobre economia, publicidade, ciência, política. Todavia, a amplitude de notícias a que estamos submetidos impossibilita o acesso dos indivíduos a todas as formas de comunicação disponíveis sendo os meios de comunicação os responsáveis pela sua disseminação.

Os adventos dos meios de comunicação transformaram a humanidade, a facilidade de um indivíduo poder estar atualizado a qualquer hora ou a qualquer momento, trouxeram vários benefícios, bem como, a maior variedade de entretenimento proporcionou uma melhora na qualidade de vida. Entretanto, ela gerou uma série de consequências perniciosas cujo teor afeta o desenvolvimento do ser humano por prejudicar sua capacidade cognitiva.

Os primeiros meios de comunicação entre eles o rádio fez uma grande revolução na humanidade. Contudo, o seu impacto de longe se compara ao impacto causado a partir do surgimento da televisão, ela fez muito sucesso, porque antes a narração dos fatos só ocorria via transmissões orais ou escritas, a partir da invenção da televisão toda essa realidade mudou e os fatos agora podiam ser visualizados pelos indivíduos. (Sartori, 1997)

A televisão modificou as relações existentes até então, fez com que o discurso político se modificasse, despertou um sentimento de intimidade impulsionado pelo próprio cinema.

Sartori (1997, p. 37) afirma que a televisão está alterando a própria natureza do homem, segundo ele: "...a televisão é um animal simbólico que recebe o seu *imprint*, o seu molde formativo de um mundo feito de imagens totalmente centralizado no ver." Destarte, o objetivo de Sartori nesta afirmação é demonstrar que a televisão prejudica o homem pois ela inibiu que este descobrisse os signos apresentados, ao mostrar claramente todas mensagens que objetivava passar.

As crianças que mesmo antes de aprender a falarem ou escreverem e assistem televisão, tendem a ter uma maior dificuldade de compreensão das

simbologias existentes nas informações, assim como o teor da programação a que esse ser em formação tem contato pode influenciar no seu comportamento, e ter uma grande influência na vida adulta.

O *homo ludens*, animal que gosta de se divertir e brincar, é beneficiado e agraciado, em excesso pela televisão. Todavia, ela impossibilita o desenvolvimento da capacidade cognitiva do homem, dificultando sua capacidade abstração ao inverter a progressão do “mundo sensível” para o “mundo inteligível”. Portanto, o que nós vemos e percebemos através da televisão, não ajuda na produção de ideias, mas insere nelas o seu significado, transformando o *homo sapiens* em um *homo videns*.

A televisão, mesmo empobrecendo a capacidade cognitiva do indivíduo, tem a vantagem de difundir informações e mensagens, na qual existe uma acessibilidade a todos. Entretanto, a mensagem transmitida pela televisão está pautada em certos parâmetros dentro da emissora responsável pela emissão da notícia, o discurso é restrito, havendo censuras políticas e econômicas por parte de seus anunciantes e do Estado que lhe fornece subvenções.

A televisão assim adquire o papel de instrumento na manutenção da ordem simbólica. Os envolvidos no processo televisivo manipulam e são manipulados, a concorrência pelas fatias do mercado podem levar a televisão a exercer uma forma prejudicial de violência simbólica na qual as informações são expressas em um consenso não dividindo opiniões.

Sartori (1997) declara que a busca incessante pela audiência leva os membros da televisão procurem lançar em sua programação algo que seja banal, convencional, comuns, ideias que sejam disseminadas ao maior público possível, tornando as mensagens comuns ao receptor e ao emissor, ela não possui autonomia, devido às relações de concorrência, que são relações de conivência, de cumplicidade, baseadas nos interesses comuns ligados à sua posição no campo de produção simbólica e também porque têm em comum, estruturas cognitivas, categorias de recepção e de apreciação ligadas à sua origem social e à sua formação.

A televisão oferece produtos generalistas que procuram alcançar públicos mais amplos e uma maior quantidade de anúncios publicitários, fazendo uso de uma realidade baseada em acontecimentos triviais, sensacionais, fúteis, que não alteram as estruturas mentais dos telespectadores. Nesse contexto surge um outro meio de

comunicação fornecedor de produtos diversificados que é capaz de atingir a massa de uma forma heterogênea, atendendo as demandas dos mais diversos públicos, e crescendo de uma forma vertiginosa, surgindo assim a internet.

Aldé (2011) afirma que internet surge como um marco para a história da humanidade, muitos creem em sua capacidade de mudar a própria condição humana, com o advento da rede a interação entre pessoas de todos os lugares do mundo tornou-se possível. A rede é utilizada para os mais diversos tipos de comunicação e política em particular.

A autora também segmenta o uso da rede em dois grupos de usuários:

Os de uso rotineiros - Que se informam por praticidade na web, e tem como principal objetivo a interação profissional ou social. Buscando informações diretas, rápidas e de fácil acesso.

Os de uso especializados – São os usuários profissionais, fomentadores da circulação de informações e opinião pública, quase sempre são atores políticos que tem interesse na divulgação e repercussão dos fatos e decisões.

O uso da internet é favorecido por vários motivos, ela é ágil, cômoda, possui velocidade de acesso com as informações disponíveis a qualquer hora desejada, sendo selecionadas pelo leitor as que forem mais relevantes com riqueza de detalhes, possui maior credibilidade em relação a televisão dependendo do portal que divulgou a notícia, permitindo a emissão de opinião por partes dos usuários e apresentando uma pluralidade na qual se tem acesso a vários pontos de vista, diferentemente da televisão.

A internet facilita a democracia e diferentemente da televisão, ela expõe visões diversificadas sobre o mesmo ambiente, o que é favorável a esse sistema, pois as pessoas têm acesso a qualquer informação a respeito dos seus governantes, o que acaba aumentando a participação política e fazendo com que seus usuários cobrem mais de seus representantes.

A rede porém esconde um grave período como ela é um meio de comunicação de fácil acesso, existem indivíduos que se aproveitam disso e lançam mão de informações falsas visando obter benefícios para si, bem como se aproveitar de informações alheias para cometer crimes, além dos quais já são cometidos na internet, cujo anonimato é o principal facilitador, devendo-se ter cuidado ao aceitar uma informação recebida e buscar a sua procedência.

As redes sociais são os principais meios de transmissões de notícias falsas, cabendo ao usuário ter muito cuidado na compreensão e na busca da veracidade da notícia antes de repassá-la pois como as informações na rede se espalham de maneira vertiginosa, ela pode trazer grandes consequências. (Aldé, 2011)

A internet e a televisão são meios de comunicação que aproximaram povos, de culturas diversificadas e permitiu a interação entre eles. Elas trouxeram muitos benefícios para a humanidade. Todavia, existe uma linha tênue a separar o uso para fins de desenvolvimento mental do uso para fins banais e triviais fazendo com que o homem perca a sua tão importante capacidade cognitiva. Isso levou-os a interpretar os signos existentes no mundo e modificá-lo de forma a satisfazer suas necessidades, levando a massa a ser facilmente manipulada por aqueles que deveriam representar suas ânsias.

O cuidado com a absorção da informação também deve sempre existir, o telespectador ou internauta, deve sempre utilizar-se de sua inteligibilidade de forma a aproveitar as informações relevantes, tendo sempre a ressalva de entender o real significado do que lhe foi transmitido.

3.2 Mídia e Democracia

A mídia tem um papel imprescindível no regime democrático, ela é a responsável pela disseminação das informações políticas. As notícias devem ser transmitidas de forma objetiva e imparcial de forma que propiciem a tomada de decisões racionais e plausíveis pelos cidadãos durante os processos eleitorais.

Mauro Porto(2003) afirma que a teoria democrática clássica está pautada na hipótese de que os indivíduos bem informados elaborem e manifestem-se com liberdade suas predileções e que estas influam nas deliberações dos governantes.

Os governantes como Manin(1995) já ressaltava têm uma relativa autonomia em relação ao eleitorado. Entretanto, a vontade dos eleitores é de extrema importância nas deliberações governamentais, tendo em vista que o governo pertence ao povo, e este pode destituí-lo do poder através das eleições.

O vínculo eleitoral é algo de extrema importância na democracia, dado que a conexão existente entre a ação dos representantes e a vontade dos representados expressa sua qualidade.

O vínculo eleitoral é algo que deve ser aprimorado. Todavia, ele esbarra em uma série de impedimentos, sendo o principal deles a inércia da população em relação as questões públicas causadas principalmente devido à falta de incentivos dado a educação política, assim como a falta de debates que permitam a população conscientizar-se sobre a importância do voto.

Uma democracia em que é percebido um baixo nível de informação política entre os cidadãos gera graves obstáculos a consolidação do regime democrático, a desinformação é algo extremamente pernicioso para a estabilidade do sistema democrático tendo em vista que estes são os principais atores, pois o poder de escolha dos representantes lhes pertence.

A informação é algo essencial para que o vínculo eleitoral seja aprimorado e ela está intrinsicamente ligada ao fluxo de informações. Para que os eleitores votem de modo consciente eles devem estar informados sobre:

(a) quem são os candidatos, quem os apoia, quais são as suas trajetórias e as suas propostas; e (b) o mundo social, isto é, quais são os desafios a serem enfrentados, as alternativas possíveis e suas consequências. (MIGUEL, 2004, p.93)

Nas pequenas comunidades o fluxo de informação dos moradores se dá através das experiências de vida e do meio social, porém com a expansão destes lugares e a ampliação das relações entre as comunidades, as informações não mais estavam disponíveis tão facilmente, as práticas vigentes eram abandonadas e os indivíduos ansiavam por um maior fluxo de informações.

A mídia, mais especificadamente o jornalismo assume esse papel de fomentador de informações, ele estabelece uma relação de credibilidade com seu público que apesar de não ser capaz de provar a veracidade dos fatos promulgados pela mídia e que estes são da forma como ela divulga, confia nas notícias fornecidas, principalmente quando as mesmas são divulgadas por seus concorrentes.

Porto(2003) afirma que para que os cidadãos cumpram os objetivos a que foram designados dentro do sistema democrático, eles devem atender duas demandas, a capacidade de compreender a realidade política e o acesso as

informações divergentes e que estas estejam disponíveis para que os sujeitos possam tomar suas decisões. A partir dessa concepção ele define três tipos de eleitores existentes no regime democrático: O cidadão ignorante, o cidadão racional e o cidadão interpretante.

O modelo do cidadão ignorante passa pela premissa que os cidadãos devido a sua desinformação impossibilitam uma consolidação do regime democrático. Walter Lippman(1922) e Joseph Schumpeter(1976) são alguns autores que discursam sobre esse modelo de cidadão. Lippman(1922) afirma que as pessoas desenvolvem suas percepções sobre o mundo de forma distorcida e indireta, pautadas em falsas representações da realidade. A única forma que estes têm de obter informações é através da mídia a qual muita das vezes a divulgam de forma distorcida. Enquanto Schumpeter(1976) afirma que os indivíduos possuem um escasso senso de responsabilidade, causado pelo néscio dos cidadãos comuns o que afeta na sua capacidade de tomada de decisões e quando este adentra no campo político manifesta suas opiniões de forma primitiva e afetiva.

Lippmann(1922) afirma que o êxito do governo representativo só é possível se houverem instituições que disseminem as informações sobre a massa e as forneçam um mínimo de notícias sobre os assuntos públicos que lhe dessem a capacidade de tomar suas próprias decisões. Os seus componentes na visão do autor deveriam ser cientistas políticos e não a imprensa, devendo conter pessoas que traduzissem as informações políticas para os eleitores devido à complexidade e a falta de entendimento dos indivíduos sobre política.

Dewey(1991) é contrário a essa ideia de Lippmann(1922) por acreditar que os peritos defenderiam apenas interesses particulares, sendo a solução para o dilema da informação dentro do sistema democrático a ampliação do debate e das discussões.

Schumpeter(1976) afirma que a resolução se daria através de uma mudança da doutrina clássica da democracia que para ele é o método de promover o bem para todos, através da tomada de decisões pelo povo com a intermediação de pessoas que foram designadas para isso, porém ele reitera que as pessoas não sabem definir o que é melhor para elas quando estão em pauta questões públicas e que portanto a teoria clássica deveria ser substituída pela teoria competitiva que vigorem métodos e regras que permitam a elite competir pelos votos dos cidadãos,

sendo uma visão totalmente elitista que tenta afastar os cidadãos das deliberações políticas.

As concepções de cidadão ignorante são preconceituosas e elitistas, não seriam os peritos os responsáveis pela maior participação das pessoas e sim os mecanismos representativos como as eleições e os partidos de massa, que lhe servem como influenciador dos processos políticos e lhe garantiriam direitos básicos, tendo a mídia o papel de estabelecer nas palavras de Porto um processo político democrático e pluralista.

O modelo de cidadão racional aponta que os cidadãos não são parvos. Key(1966) aponta que eles votam de maneira responsável e racional. Page e Shapiro(1992) discorrem que apesar da baixa informação os cidadãos possuem opiniões estáveis e racionais. Uma pesquisa feita nos Estados Unidos por Robert Lane em 1968, demonstrou que os cidadãos mesmo tendo acesso a uma comunicação limitada conseguem desenvolver argumentos relativamente sofisticados baseados em seu temperamento e experiências pessoais.

Mancun Olson(1971) e Anthony Downs(1957) são alguns dos defensores da teoria da escolha racional, para eles as informações a que os eleitores têm acesso são imperfeitas. Downs(1957) afirma que a busca pela notícia tem seus custos, os eleitores tendem a obtê-la visando o menor esforço possível. Já Olson(1971) afirma que a participação ou não dos cidadãos se dá através de um cálculo em que os custos são inferiores aos benefícios obtidos.

Samuel Popkin(1994) discursa que os eleitores apesar de não serem bem informados, eles utilizam de outros meios para fazer suas inferências, eles usam atalhos para avaliar, obter e armazenar informações. Destarte, os indivíduos usam como base para a tomada de decisões aspectos substantivos dos processos políticos pautados em sua vida cotidiana, além de experiências anteriores. Já Lupia e McCubbins(1998) afirmam que eles acrescentam a esses atalhos os conselhos de outras pessoas. Ambos os autores defendem que os eleitores têm a capacidade de cumprir, mesmo em termos relativos as expectativas do sistema democrático.

Popkin(1994) afirma que a opinião dos cidadãos se dá através de uma construção do processo decisório, como já mencionado os indivíduos buscam atalhos para agir de uma forma minimamente coerente, muitas vezes essas informações são provenientes da mídia, todavia o indivíduo usa de sua inteligibilidade e expectativa para guiar-se durante o processo eleitoral.

O modelo de cidadão interpretante inclui além do acesso a informação, a capacidade de cognição e interpretação da realidade dos cidadãos. Porto(2003) afirma que a capacidade os indivíduos desenvolverem opiniões coerentes mesmo tendo um número limitado de informações é correta, entretanto, pecam ao colocar os processos sociais em que os enquadramentos são desenvolvidos em uma posição secundária.

Os cidadãos com baixo nível de informação podem tomar decisões coerentes. Todavia, para tal o espaço público deve estar aberto a debate e ele deve ter a sua disposição vários tipos de interpretação sobre a realidade política.

Os cidadãos só são capazes de desenvolver opiniões consistentes, se tiverem acesso a múltiplos enquadramentos interpretativos, tanto na esfera pública quanto na mídia.

O processo político é quem deve ser o responsável por simplificar as informações de forma que os cidadãos possam tomar suas próprias decisões de forma eficiente, porém ocorre que muitas vezes os grupos que deveriam realizar esse papel, acabam selecionando os enquadramentos segundo suas preferências, causando sérios danos a democracia.

O modelo de cidadão interpretante une elementos como cognição, enquadramento da mídia e a estrutura política. A forma pela qual a informação é concedida pela mídia, e as impressões que as pessoas têm dela permitem entender se as expectativas da teoria democrática é atendida à medida que os sujeitos possam compreender a realidade política.

Os cidadãos só podem desenvolver opiniões complexas e coerentes ao passo que são expostos a diferentes quadros interpretativos, além da informação como já mencionado, eles necessitam de meios que lhes permitam compreendê-las.(Porto, 2003)

O autor também ressalta que os cidadãos devem ter acesso a enquadramentos pequenos e simples, mas que também englobem as informações relevantes aos seus interesses iminentes.

O horário eleitoral gratuito presente em boa parte das democracias ocidentais é essencial na disseminação dos enquadramentos interpretativos na esfera pública, reduzindo os custos e diminuindo a influência dos grupos poderosos na arena eleitoral.

A consolidação das democracias contemporâneas tem como uma de suas características primordiais a dependência da diversidade de enquadramentos disponibilizados pela mídia.

3.2.1 A Internet e a Democracia

A disseminação do uso da internet gerou uma série de expectativas a respeito da sua utilização no sistema democrático. Aldé(2011) afirma que esse entusiasmo estava pautado em duas proposições.

1)A diminuição dos custos e barreiras à publicação, que teria como consequência natural a pluralização política dos discursos disponíveis para o cidadão. Essa tendência, apoiada na maior presença de publicações coletivas e iniciativas sem fins lucrativos, resultaria numa equalização das condições de emissão ou, ainda, em sua liberalização; 2) as possibilidades de interação propiciadas pela tecnologia em rede, incrementando a participação dos cidadãos. A Internet viabilizaria iniciativas de e-governo e cidadania eletrônica, contribuindo para o estabelecimento de uma nova esfera pública, virtual. (Aldé, 2011, p.27)

A Comissão de Banda Larga da Organização das Nações Unidas (ONU), em uma pesquisa publicada no ano de 2015 afirmou que 43% da população mundial têm acesso a internet. Nas grandes potências mundiais esse número beira aos 100%, entretanto nos países mais pobres 90% da população não tem acesso à internet.

A Internet permite a interação instantânea das pessoas em várias partes do globo, ela diminui as distâncias ocasionadas pelo território e em contrapartida aumenta as relações pessoais, dando a impressão que todos os internautas do planeta vivem no mesmo local, e a fez receber a alcunha de aldeia global.

O baixo custo, a facilidade de acesso, a impessoalidade favorecida por esse meio de comunicação, influenciam as pessoas a usarem a internet, além de expandir as redes de relacionamento, e propiciar o debate sobre o público que fora perdido com a disseminação dos meios de comunicação de massa.

Segundo Einsenberg(2003) o poder é algo que está intrinsecamente ligado a política.

O conceito de poder refere-se, por um lado, a um elemento negativo relacionado à prática de eliminação de alteridades na interação comunicativa.

Ou seja, poder refere-se à prática unilateral de criação e/ou imposição de identidades. Mas poder também se refere, concomitantemente, a um elemento positivo gerador de novas alteridades. Ao impor identidades, o poder constrói novas alteridades entre aqueles que se comunicam. (EINSEBERG, 2003, p.499)

O poder apesar de eliminar as divergências, ele pode ser originado ou extinto pela reciprocidade das alteridades daqueles que participam das interações. Essas divergências estão presentes em todos os tipos de comunicação social. Nelas os sujeitos escolhem quais acepções desejam aprender e quais ele deseja recusar.

A Internet gera muitos impactos na vida política das sociedades contemporâneas, ela funciona como um meio técnico em que a fixação das mensagens emitidas durante a interação são facilitadas. Destarte, no meio político é essencial o domínio sobre os meios de fixação, não só pelo poder advindo mais também pelo controle da informação e dispersão de mensagens.

O modelo de comunicação existente na internet é semelhante àquele existente na televisão, esta foi o último meio de disseminação da informação, antes da rede, permite o acesso a imagens em todos os lugares do globo. Nos dias atuais ela ainda é detentora de autoridade para decidir aquilo que é relevante ou não no meio virtual, tendo o jornalismo como o principal impulso responsável pela notícia adentrar nas casas.

A principal diferença entre a televisão e a internet e a capacidade de interação, enquanto a primeira tem uma capacidade limitada de estabelecer uma comunicação com o meio, exige altos custos e uma alta complexidade privilegiando os grupos mais abastados. A Internet em contrapartida, propicia um meio aberto à discussão e a debates públicos, possui pouca complexidade e apresenta baixos custos que permitem a fabricação de mensagem individual ou de pequenas corporações.

A Internet oferece mensagens que satisfazem as mais diversas alteridades. Entretanto, os cidadãos tendem a se informar apenas sobre aquilo que lhe interessa, deixando de lado, as informações e opiniões que diferem da sua. Cabendo aos meios de comunicação de massa ser um campo em que proliferam ideias divergentes, sendo ele apenas um elemento moderador.

O fundamento da crítica a Internet parte justamente desse pressuposto, ela acaba criando individualizações que geram uma estratificação social resultando na diminuição dos debates públicos, e impactando nas liberdades cívicas que tem

como arcabouço a exposição de ideias antagônicas que possibilitem aos indivíduos o estabelecimento de escolhas.

3.3 Internet e Participação

Gomes(2005) afirma que uma democracia para satisfazer os requisitos de uma participação democrática deve conter os seguintes elementos:

1) Um elevado conhecimento principalmente no que se refere aos assuntos sobre política, de forma que essas informações sejam verídicas e relevantes para que os cidadãos possam tomar suas próprias decisões.

2) Acesso a debates públicos de maneira que estes possam expressar suas opiniões e inclusive exporem novas discussões.

3) A possibilidade de ingresso em instituições democráticas ou em grupos políticos.

4) Estabelecimento de comunicação com seus representantes de forma que possa cobrar explicações e prestação de contas.

O autor também aborda que graças a esses requisitos elencados se deu a crise do governo representativo, devido a forma em que são conduzidos os negócios públicos, a maneira pela qual são tomadas as decisões, e a vinculação a vontade e opinião pública.

A ausência de participação pode ser ocasionada por diversos fatores entre eles: a cultura política compreendida como pensamento, valores, crenças.

Faltaria à cultura política dos cidadãos nas democracias contemporâneas um elementar sentido de efetividade das práticas políticas civis. Parece ausente a esta mentalidade a sensação de que há uma conexão de causa e efeito entre a ação do cidadão e o modo como as coisas referentes ao Estado se decidem. (Gomes, 2005, p.60).

A participação dos cidadãos é afetada pela constante profissionalização da política que a afasta cada vez mais dos cidadãos e geram uma sensação neles de que a sua participação política é algo irrelevante.

Além dos fatores mencionados, deve-se acrescentar o desgaste da imagem da sociedade política perante os cidadãos. Eles acreditam que os políticos

são movidos por interesses pessoais como o acúmulo de capitais, e a defesa dos interesses econômicos de particulares, ou de empresas responsáveis pela produção da opinião pública. Contudo, os principais fatores que ocasionam a falta de participação é o desconhecimento e a falta de interesses públicos.

Nos modelos de democracia representativa a qualidade da participação refere-se aos modos pelo qual ela é feita. A forma pela qual os cidadãos discutem publicamente sobre os assuntos públicos em que eles possam deliberar sem que possam sofrer sanções ou algum tipo de coerção e possam ser direcionados a um grande número de pessoas.

Os meios de comunicação surgiram inicialmente como uma alternativa que daria aos cidadãos as condições necessárias para sua participação democrática. Todavia, Gomes(2005) discursa o fracasso nessa tentativa e aponta que eles geraram um efeito contrário ao distanciar os indivíduos do meio político, por não fornecer informações suficientes para que os sujeitos possam formular suas posições além de dissimular a veracidade dos fatos.

Gomes(2005) cita as seguintes consequências pela ineficiência das tarefas dos meios de comunicação de massa: A distorção no entendimento do jogo político, assim como dos atores pertencentes a ele, o prejuízo das discussões na esfera pública devido as matérias tendenciosas fornecidas pelos meios de comunicação de massa, a participação é desestimulada pela crescente aversão para com os representantes políticos construída no âmbito dos meios de comunicação, a deslegitimação da concepção de representação pela forma que são apresentados os sujeitos políticos.

Os motivos que fomentaram o afastamento dos meios de comunicação de massa da sua função de aproximar os cidadãos do jogo político são os mais diversos, dentre eles, pode-se citar a ligação que possuem com os mercados consumidores de notícia e entretenimento, a origem destes que determina as particularidades que eles priorizarão em defender somada a forte concorrência existentes entre os elementos midiáticos. Destarte, eles acabam se tornando sensacionalistas, simplificam as informações políticas, e escolhem e organizam as matérias políticas de acordo com a defesa dos interesses daqueles detentores da autoridade de vendas. (Gomes, 2005)

Gomes(2005) também afirma que a internet surgiu como o meio de comunicação que iria resgatar e estimular a participação democrática. Os cidadãos poderiam fazer suas ações políticas no campo da web, e assim pressionar os seus

representantes, formular opiniões públicas, debater sobre os negócios públicos, se afiliar aos partidos, participar de movimentos sociais, doar fundos para campanhas, interagir com seus representantes, interatuar em fóruns eletrônicos e interferir em plebiscitos online.

A Internet possui inúmeras vantagens em relação as outras mídias sociais como a falta de tempo e ultrapassagem de territórios em que os debates podem ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar, a possibilidade de obter uma amplitude de informação sobre os mais diversos assuntos que permitem aos cidadãos se posicionarem no jogo político, a comodidade, conforto, conveniência e o baixo custo que permitem aos internautas poder buscar as informações no âmbito de suas casas, com facilidade de acesso e que as pessoas possam manifestar suas opiniões sem que possam sofrer algum tipo de coerção, salvo nos casos em que ofendam os outros, a destreza da interatividade e da interação permitida por ela e pôr fim o ensejo que ela concede as vozes minoritárias ou excluídas.(Gomes, 2005)

Entretanto, as críticas sobre a capacidade democrática da Internet não podem ser esquecidas, a Internet tem uma variedade de informações disponíveis, contudo estas podem ser utilizadas de maneira que beneficiem interesses de grupos específicos dando a eles a faculdade de deturpar ou conceber informações. (Gomes, 2005)

O autor além das críticas citadas, desenvolve outros julgamentos bem fundamentadas a esse respeito referem-se a desigualdade de informações, enquanto uns possuem o domínio dos meios técnicos, outros não, o que beneficia os primeiros como já anteriormente citado, a falta de interesse dos eleitores sobre o jogo político o que predispõe uma falta de cultura política, acrescentando a esse fenômeno o fato do sistema político continuar ser fechado.

A Internet pode prejudicar os cidadãos através das ciberameaças como vírus entre outros, que podem invadir a privacidade dos indivíduos sendo perniciososa nos negócios, na vida privada e o campo político não iria ficar de fora. A espionagem também é um perigo iminente no jogo político, um exemplo disso foram as denúncias de reportagens sobre o governo americano espionar as estratégias de outros países entre eles o Brasil, o que do ponto de vista da política internacional poderia até abalar as relações entre os países devido a ameaça que isso pode gerar a segurança nacional daquele que é espionado.

3.4 Os meios de comunicação e a política

A principal missão da mídia é a obtenção de audiência tendo em que o papel de destaque é conferido ao entretenimento e para obtê-lo ela procura as mais diversas formas. Destarte, a política se torna um assunto tedioso segundo Bourdieu(1930), sendo necessário à procura de meios que a tornem mais interessante para o grande público.

Os políticos têm a mídia como um aliado devido a construção e disseminação de sua imagem proferida por esta, como já mencionado mídia procura tornar a política algo agradável e os candidatos nesse contexto devem estar disponíveis a todas aquelas formas que a mídia lhes oferecer principalmente quando envolvem as entrevistas utilizadas como forma de promoção.

Bourdieu(1930) fala que na relação entre o jornalismo e a política, os membros partidários devem estar dispostos a tudo, concedendo aquilo que lhes é requerido. Os jornalistas entretanto, visando sempre a audiência procuram simplificar a política para o público, todavia pecam nessa missão, pois ao invés de focarem em assuntos relevantes ao espaço público, enaltecem o enfeitamento dos candidatos focando mais em suas imagens do que em seus argumentos.

Alguns jornalistas muitas vezes possuem relação direta ou indireta com os políticos que vão ser entrevistados e tratam o mundo político nas palavras de Bourdieu(1930) de forma cínica, procurando discutir somente aquelas informações que são relevantes para o favorecimento do candidato, assim como aquelas que lhe podem beneficiar, salvaguardados pela impunidade e pelo rápido esquecimento dos enfoques jornalísticos.

A mídia sempre teve um papel essencial no campo político mesmo antes do surgimento da televisão, ela já era detentora de um papel preponderante, todavia nas democracias contemporâneas é inconcebível a não participação midiática devido ao caráter central que esta assumiu na vida política.

Os meios de comunicação estabeleceram uma relação de proximidade entre o eleitor e o eleito, de forma que o primeiro pudesse acompanhar as ações políticas do segundo de maneira mais minuciosa e perene.

A mídia propiciou uma maior aproximação entre a elite política e os cidadãos. Ela altera o jogo político tradicional e reduz o peso dos partidos, ao mobilizar os simpatizantes, facilitando as agremiações que os membros que a compõe cheguem as esferas de poder.(Campos, 2009)

O discurso político ao longo dos anos moldou-se de acordo com as formas que fossem mais adequadas aos meios de comunicação, não esquecendo logicamente do contexto histórico e das técnicas de propagação que possuem, cabendo aos meios de comunicação a função de inserir uma normatização.

A imagem dos políticos é um fator crucial em uma campanha eleitoral, e devido as limitações impostas pelos meios de comunicação acabam afetando os discursos dos candidatos tendo como consequência uma vulgarização dos mesmos. Os candidatos têm pouco tempo para divulgar seu programa e os eleitores acabam acostumando-se a essa redução.

A mídia é um fator essencial na política, Luís Felipe Miguel(2002) em um artigo sobre os meios de comunicação e a prática política, afirma que houve uma banalização do discurso político, entretanto, os meios de comunicação de massa facilitaram o acesso aos atores políticos e aos seus discursos.

Um fenômeno recorrente nas democracias contemporâneas é que os candidatos que possuem uma maior notoriedade midiática são aqueles que possuem uma maior probabilidade conseguirem cargos eletivos. Vale ressaltar que muitos partidos construíram suas carreiras dentro do campo midiático.

Miguel(2002) sustenta que essa superexposição dos líderes políticos acaba gerando uma ausência de grandes líderes, todavia ele acredita que isso é algo positivo. A internet é algo fundamental nas democracias contemporâneas principalmente pelo seu papel exercido nas campanhas eleitorais.

Nas campanhas eleitorais as informações e a publicidade são passadas dos líderes para os militantes, membros de partido e o eleitorado. Elas têm dois objetivos os eleitores que já estão predispostos e politicamente ativos, e os profissionais da mídia.

A internet tem sido usada de forma cada vez maior dentro das agremiações partidárias, ela funciona como uma forma de estreitar os vínculos

existentes entre os dirigentes e os militantes, e possibilita que os representados possam acompanhar e interagir com seus eleitores.

A internet aproxima o diálogo dos partidos com as mídias tradicionais, ela amplia o volume da comunicação e aumenta a sua velocidade, estende as formas de apresentação, descentraliza o controle da comunicação fazendo com que ela se amplie horizontalmente, verticalmente e lateralmente, tornando os indivíduos mais ativos ao amentar seu controle sobre a comunicação.

Os websites dos partidos brasileiros não apresentam uma transparência eficiente e contém notícias banais. A partir do momento que a Internet facilita uma comunicação horizontal e descentralizada, ela leva a perca de poder nas mãos da elite e da burocracia partidária e favorecendo a implementação de uma cultura política em que os cidadãos são mais atuantes e passam a exigir uma maior accountability por parte dos governantes e das instituições democráticas.

Os websites partidários apresentam algumas dimensões da ação política dos partidos, entre elas podemos citar: dados dos números de filiados, a quantidade de simpatizantes, os membros detentores de cargos eletivos expondo seus perfis objetivando aproximar-se mais dos eleitores, descrevendo as esferas das organizações partidárias, as informações sobre os pleitos eleitorais, demonstram as simbologias dos partidos e a forma pela qual surgiram as agremiações.

Os partidos procuram cada vez mais interagir com os cidadãos, o que gera um fenômeno cada vez mais crescente na comunicação entre representantes e representados, a participação em debates de fóruns de discussão sobre temas específicos em blogs, principalmente por parte dos partidos que encontram-se na oposição.

Os diálogos ocorridos nos fóruns de discussões são voltados para aqueles que já possuem uma relativa simpatia em relação aos partidos, aqueles que desconhecem os programas partidários, ou estão indecisos, acabam recebendo pouco espaço para interação e conseqüentemente um menor número de ferramentas de controle.

Os partidos visam nos seus websites informar os indivíduos as informações básicas sobre as suas estruturas, e informa-los sobre sua forma de

recrutamento, procurando com isso aumentar sua transparência e estreitar a sua relação com a opinião pública, todavia como mencionado essa transparência ainda é limitada principalmente no que toca as ações políticas realizadas pelos partidos.

3.5 Mídias e a formação da agenda pública

A mídia é a principal responsável pela produção da agenda pública. Ela é quem decide as pautas relevantes para serem deliberadas no meio público, sendo em grande parte suas decisões movidas de acordo com quem lhe propicie maior audiência. O que impacta diretamente no pensamento do eleitor ao colocar as pautas definidas pela mídia como suas prioridades e também no posicionamento dos políticos e funcionários públicos, que são obrigados a respondê-las.

A mídia também é a responsável pela noção de enquadramento (*framing*), ela é quem decide os acontecimentos que devem ser prioritários, fato que não é ignorado pelos partidos, que elaboram suas ações visando o impacto que elas vão ter na mídia.

Portanto, para que possamos entender a forma pela qual a mídia atua na formação da agenda pública, a noção de enquadramento deve ser mais aprofundada.

A comunicação para existir se faz necessário que haja um entendimento das mensagens emitidos pelos interlocutores participantes. Mendonça e Simões (2012) afirmam que todo enquadramento traduz o tipo e a natureza da interação daqueles que estão se comunicando. Desta forma, para os autores toda mensagem que caracteriza a essência da relação entre os sujeitos se caracteriza como um enquadre, que permite a compreensão da situação ocorrente. Ele possibilita a identificação das regras e instruções que guiam as conjunturas e as implicações dos sujeitos envolvidos.

Goffman(1986) afirma que *framing* são os princípios que administram os eventos sociais e o nosso envolvimento pessoal neles. O caráter formador dos quadros é que definirá a situação. Um indivíduo ao inserir-se em um quadro precisa compreender qual a sua configuração e que medidas deve adotar mediante ele. O autor também aborda o conceito de *priming*, que para ele representa os efeitos que

a mídia tem sobre os indivíduos, afetando diretamente na visão que possuem dos candidatos.

Em alguns casos várias conjunturas acontecem ao mesmo tempo. Goffman(1986) sugere um isolamento de uns quadros para haja a compreensão da experiência, separando-os em diferentes ordens.

Os quadros primários são aqueles que possuem emprego repentino e direto dentro de uma cultura. Esses quadros permitem que os indivíduos identifiquem e descrevam os fatos assim como o envolvimento dos atores pertencentes a ele. Eles são socialmente mutáveis e constituem o principal elemento da essência de uma coletividade.

A transformação de um quadro em outro só é possível segundo Goffman(1986), graças a inserção do conceito de *key* e *keeing*, que refere-se as regras e convenções que levam a transformação de uma ação em outra, a partir de um quadro primário, modernizando-a.

O conceito de *footing* também é essencial para a explicação de sobreposição de quadros. Esse conceito baseia-se na maneira pela qual os interlocutores se posicionam dentro de uma interação. Ele é erigido e modificado dos discursos dos membros participantes, estando conectado aos enquadres.

Uma mudança no footing implica uma mudança que se expande para todos os presentes. Goffman(1986) usa esse conceito para explicar a maneira pela qual os indivíduos se posicionam diante dos acontecimentos.

A análise dos enquadramentos é importante, pois possibilita a medição do grau de força que os interlocutores possuem para caracterizar as situações e os quadros que a regem.

Primeiramente acontece a seleção dos fatos políticos, para orientar o noticiário e formular a agenda pública. Os atores políticos como já mencionado agem tendo em mente o impacto midiático. Como já mencionado o sucesso de um representante muitas vezes se dá pela sua exposição midiática. A aparição em noticiários e *talk-show* muitas vezes define os candidatos que irão ser os candidatos dos partidos.

Os partidos dependem da mídia para obterem seu êxito eleitoral, apesar da mídia deter a agenda pública, existem alguns casos que as pessoas que possuem maior poder aquisitivo orientam os noticiários. Segundo Downs(1957) a competição eleitoral é a definidora das informações que serão repassadas, em que vigora o jogo de interesses de divulgação de notícias benéficas para a campanha do candidato e maléfica para seu concorrente.

As campanhas políticas retratadas pela mídia não focam nos programas e no planejamento de campanha dos candidatos, elas retratam a competição eleitoral, como uma corrida em que os candidatos são mostrados como meros corredores e sua conseguinte posição na disputa eleitoral.

O Brasil apesar de não ser considerado um país desenvolvido, destaca-se pelo alto índice de participação via web, e também pelas discussões existentes dentro do âmbito escolar, todavia como nossa educação é deficitária uma grande parte da população não consegue compreender as notícias fornecidas pela mídia principalmente aquelas, que são escritas.

Uma das formas encontradas no Brasil de diminuir a influência de certos grupos de interesses com alto poder aquisitivo dentro das campanhas eleitorais é a propaganda eleitoral gratuita, o que reduz a influência do poder econômico, contudo a elite política considera o horário eleitoral gratuito, um fator essencial na formulação de suas campanhas.

Um fato curioso é que nos municípios brasileiros em que não ocorre uma campanha política focada no rádio ou televisão, as campanhas são voltadas para um contato direto entre políticos e eleitores baseados em comícios, materiais impressos, etc.

3.6 A mídia e as Pesquisas de Opinião

As pesquisas eleitorais são fundamentais nas democracias contemporâneas, elas são essenciais no planejamento de campanha dos partidos, assim como servem como base para que os cidadãos possam votar de forma estratégica.

A imprensa também coloca as pesquisas de opinião em um patamar relevante, em muitos veículos ela é a responsável pela mesma, tendo como objetivo aumentar o interesse das pessoas no mesmo, já os veículos menores apenas relatam as pesquisas provenientes de outros meios.

As pesquisas de opinião ajudam aos jornalistas posicionar-se diante da competição eleitoral, decidir quais são os candidatos relevantes e quais são os anseios da opinião pública são relevantes.

Os principais meios pelos quais ocorre o estudo das opiniões públicas é através das pesquisas de survey. As pesquisas de opinião revelam uma forte dependência entre os meios utilizados pelos cidadãos para formular seu ponto de vista e a estruturação do poder político, sendo a mídia a principal responsável por essa estruturação.

A disseminação das pesquisas de survey na década de 1940 principalmente no Estados Unidos, permitiram as ciências sociais novas técnicas e métodos que permitissem o estudo da opinião pública nas ciências sociais.

Porto(2003) aponta que as primeiras pesquisas realizadas apontavam que os cidadãos eram desinformados votavam de forma afetiva, não sabiam quais temas e fatos deveriam ser considerados relevantes, não sabiam definir quais as plataformas eram as melhores e quais suas consequências, em que a maior parte da população não possuía sofisticação política, se encaixavam no modelo já mencionado de cidadão ignorante, e no pleito eleitoral levavam em consideração a identificação partidária para fazer suas escolhas.

Os grupos dominantes usam os seus domínios sobre os enquadramentos para manipular a massa e assim fazerem a manutenção da sua posição no poder, e muitas vezes encomendam pesquisas elaboradas sem nenhum tipo de metodologia visando apenas ludibriar o eleitor.(Miguel, 2011)

A mídia na sociedade atual é uma das principais formadoras de opinião pública, e tem um papel central nas percepções políticas dos indivíduos. Ela na maioria das vezes é o elo que liga os eleitores a esfera pública.

As demandas de um governo influenciam a opinião pública além de interferir em determinadas políticas. Segundo Campos(2009) tanto a opinião pública influencia a política como a política influencia a opinião pública.

A opinião pública muitas vezes se dá pela forma pela qual a mídia interfere nos julgamentos e atitudes dos indivíduos. Sartori(1997) afirma que os governos têm

um controle excessivo da opinião pública e o instrumento que lhe permite praticar tal ato é justamente a mídia.

Campos(2009) afirma que a relação entre opinião pública e a formação de políticas se dá de forma direta e linear. Howlett (2000) discursa que muitas vezes a opinião pública pode ser admitida pela classe política como algo real. Essa premissa vai de encontro a alguma das suas principais características, a abstração, a instabilidade e a provisoriedade, Campos(2009) cita que Howlett(2000) acresce nesse contexto o fato que unir as querelas coletivas na formulação de uma política pública é algo extremamente complexo, além de atenuar o poder governamental e dificultar a implementação de suas políticas pelos seus funcionários.

A mídia é o local em que estão representadas as mais diversas visões sobre o mundo, assim como os projetos políticos, no entanto, essa representação é limitada pois não apresenta toda a pluralidade de anseios, favorecendo sempre os grupos de interesse que mais podem beneficiar-se, como por exemplo aquelas instituições que são base para a manutenção do capitalismo.

Uma das principais críticas feitas às pesquisas de opinião é que estas não apresentam uma parcela significativa da população mesmo quando ela segue um padrão metodológico muitas vezes não consegue expressar a opinião pública, devido a um grande número de fatores como a recusa de alguns participantes em ser entrevistado, a forma pelo qual os questionamentos foram elaborados, a falta de informação sobre como ocorreu a coleta da amostra.

As pesquisas ainda apresentam divergências com o pleito eleitoral, mesmo apresentando um limite para a margem de erro, ocorre uma discrepância que ultrapassa essa margem apesar da posição principal que ocupam nos veículos midiáticos, o aumento do número e instituições de pesquisas assim como a limitação dada por uma série de exigências jurídicas, ao passo que os apresentadores justificam a dissonância existente como resultado das mudanças de temperamento do eleitor.

Biroli, Miguel e Mota(2011) afirmam que a mídia brasileira é um dos atores políticos mais relevantes no cenário político brasileiro, mesmo quando esta não assume um posicionamento. Ela influencia ao formular a agenda política e eleitoral, além de definir os assuntos que serão debatidos nos debates. Independentemente das simpatias dos envolvidos, ela sempre possui uma centralidade na formulação das campanhas eleitorais.

Os jornais são um dos principais fomentadores de opinião no Brasil, ele é apresentado ao público como imparcial, o que aumenta o peso de seu discurso e o legitima. Ele permite aos eleitores que façam seus julgamentos sobre o caráter e a competência dos políticos, ao mesmo tempo que limite sua evidência diante do grande público.

No Brasil o acesso à mídia impressa ainda é limitado, o que aumenta a influência dos meios televisivos, que mesmo com o advento da internet ainda são os principais veículos de imprensa utilizado pela população.

As pesquisas podem ser a maneira pela qual o eleitorado conhece e julga os candidatos, a partir do conteúdo que lhe é fornecido pela mídia. Ela permite aos candidatos a verificação do seu desempenho e do potencial de sucesso. No entanto a elaboração dos questionários e a forma pelo qual o público é inquirido, se dá mediante a relevância que a mídia dá a determinados assuntos.

As pesquisas também inferem julgamentos sobre a capacidade de votar do eleitor, o que interfere na legitimidade dos eleitos, adquirindo preconceitos e sendo disseminado por uma boa parte da imprensa.

As pesquisas noticiadas no campo midiático constroem a realidade ao invés de retratá-la. Nas disputas políticas o noticiário, as pesquisas de opinião e a intenção de voto são variáveis relevantes. Além de estreitar as relações entre representantes e representados, elas também impactam dentro do âmbito político, tanto na relação com os adversários quanto na forma pelo qual se é decidida a hierarquia dentro dos partidos.

4 Algumas visões acerca da influência da mídia sobre as percepções políticas no Brasil.

4.1 A importância do estudo dos impactos da mídia no meio político

Nas democracias atuais o espaço público é cada vez mais dependente da mídia, isso se dá devido a necessidade de exposição de seus programas, plataformas e membros. Alessandra Aldé (2001) afirma que os partidos perderam a hegemonia do espaço público para os meios de comunicação que tornaram-se cada vez mais importantes para a massa, principalmente devido a facilidade de acesso fornecida por eles. Entretanto, nem tudo é perfeição, a mídia fornece o máximo de notícias possíveis num mínimo espaço de tempo, o que impossibilita o acesso a todos os enquadramentos disponíveis.

A primeira vez que surgiu a preocupação sobre o impacto dos meios de comunicação no campo político ocorreu no período pós Segunda Guerra Mundial, em que a eficiência e eficácia da comunicação política nazista gerou um pessimismo em relação a capacidade de persuasão e manipulação dos meios (ALDÉ, 2011).

A percepção da capacidade de manipulação da mídia originou uma série de estudos dentro da área de comunicação política a esse respeito, somados ao desenvolvimento tecnológico, bem como as suas consequências sociais, procurando a compreensão das relações entre cidadania e mídia nas democracias contemporâneas.

Segundo Aldé(2001) os estudos sobre o recebimento de informação da massa no campo da comunicação política se subdividem em dois paradigmas: O primeiro que enaltece a capacidade dos meios de comunicação de manipulação sobre o receptor dando a esse apenas um caráter passivo. E o segundo que delega a reponsabilidade ao receptor no momento em que afirma a alteração dos signos da informação de acordo com as suas experiências pessoais.

A legitimidade de uma democracia está pautada em um ambiente em que os cidadãos possam ser livres para demonstrar sua opinião e tenham acesso as mais divergentes informações, assim como devem estar bem informados quanto as políticas e decisões governamentais, pois só assim ele estará apto a votar de forma consciente.

As informações políticas que antes eram transmitidas pelos partidos, passaram a ser fornecidas pela televisão, o que gerou um maior afastamento entre representantes e representados. Os meios de comunicação não possuíam solenemente uma orientação partidária. As informações entre as emissoras foram de certa forma homogêneas, os institutos de pesquisas que em sua maioria eram apartidários procuravam descobrir os anseios da população e transformavam toda a complexidade eleitoral de uma forma simples para que pudesse prender a atenção do eleitor (ALDÉ, 2001).

A democracia de público de Manin (1995) tem como um dos seus principais elementos as deliberações após debate, o advento dos meios de comunicação de massa, serviram como fóruns que permitiam a sua ocorrência. Em todas as eleições eram escolhidos os assuntos mais relevantes e que pudessem lhe dar mais audiência. Contudo, havia uma série de querelas públicas postas como prioritárias, proveniente das relações existentes entre as plataformas midiáticas e os atores sociais que atribuíam o poder de decisão eleitoral aos eleitores que não possuíam identificação partidária perdurável.

A relação entre a mídia e o sistema político apesar de essencial é extremamente perniciosa, pois muitas vezes ela reflete um jogo de interesses existente entre os empresários do campo midiático e os atores políticos gerando graves consequências aos ideais democráticos.

No Brasil o problema da interferência econômica no campo midiático continua muito alarmante, mais da metade das emissoras de rádio e televisão pertencem a políticos, parentes ou pessoas próximas a eles.

A política exige do cidadão uma competência mínima e para tal ele realiza enquadramentos baseados em suas relações pessoais, ou provenientes do emissor midiático ao qual ele atribui uma legitimidade em que o eleitor busca uma gama cada vez maior de informações para que ele possa votar de forma cognitiva, pautado em argumentos válidos.

A mídia é a principal responsável pela disseminação de valores e esclarecimento sobre a esfera pública. Todavia, como ela é a detentora do poder de disseminar informações e, conseqüentemente, manipula a opinião pública, ela escolhe os enquadramentos de forma que o eleitor possa entender simplificada e facilmente as mensagens que ela quer difundir assim como absorver a ideia proveniente dos signos a que foram apresentados.

A televisão vive numa busca incessante pela audiência, procura cada vez mais a reprodução dos elementos dominantes na cultura vigente para facilitar a sua persuasão sobre a massa. Os canais midiáticos são os principais responsáveis pela difusão dos assuntos políticos, na maioria das vezes ocorre uma homogeneidade sobre o que é transmitido que acaba lhe conferindo uma credibilidade mediante o eleitor.

A forma como ocorre a atitude do eleitor dentro do campo político é um dos principais objetos de estudo da comunicação política, a maneira como o eleitorado discursa sobre política é um dos fatores mais importantes na definição das opiniões, assim como das ações políticas. Aldé (2001) afirma que a maneira pela qual os cidadãos se comportam diante da política é essencial na estrutura de processos do sistema político, porque são eles que dão sentido à existência da democracia.

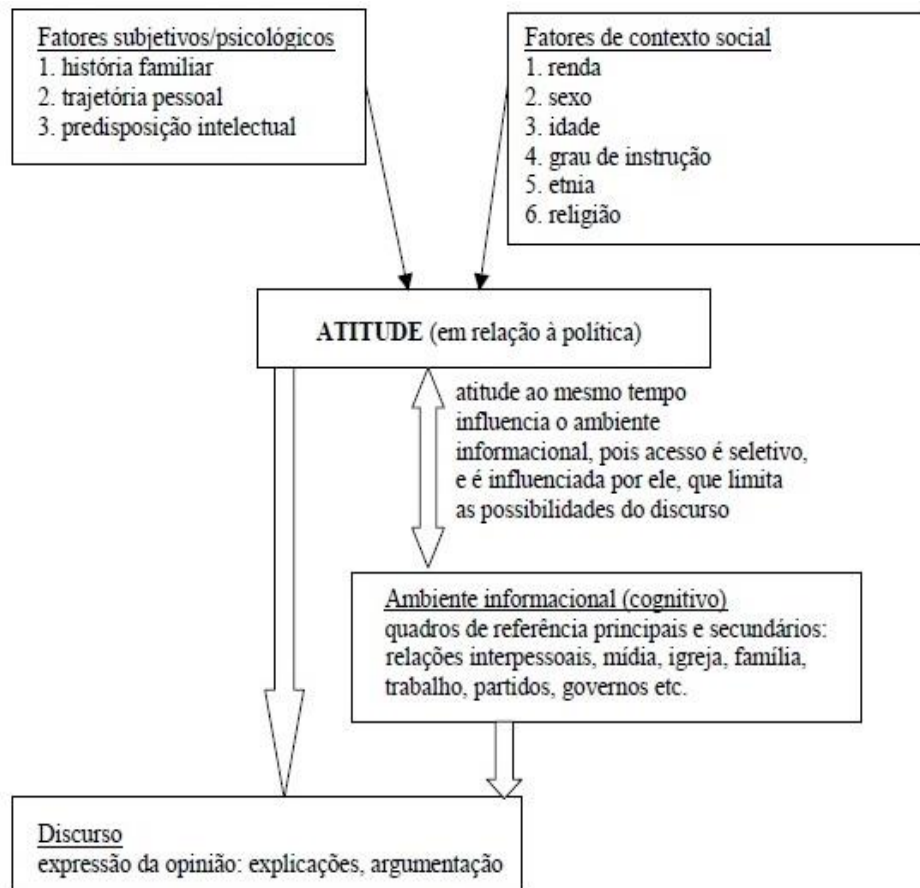
4.2 A Formação da Opinião Pública

Aldé(2001) afirma que os estudos das atitudes políticas em relação ao ambiente em que ela se insere permite:

- 1) analisar os campos de influência a que estão submetidas e investigar sua origem e construção; 2) avaliá-las como preditoras do comportamento político dos cidadãos (Aldé, 2001, p. 30).

Segundo Aldé(2001), os estudos sobre a formação da atitude política identificaram os seguintes elementos:

QUADRO 2. Elementos formadores da atitude política



(Fonte: Aldé, 2001, p. 31)

A autora afirma que a relação entre estes elementos e a formulação da opinião pública é um dos principais objetos de estudo dentro da ciência política, em que ocorria a busca pela explicação sociológica do voto que levava em consideração as características organizacionais dos cidadãos tais como renda, religião, idade e etnia.

Lippman (1960) como mencionado no capítulo anterior afirmava que o conhecimento que o cidadão possui sobre política é vago e obtido de forma indireta, proveniente de imagens contidas na mente, em que estão presentes não só as características estruturais mas também “história familiar, trajetória pessoal e predisposição intelectual” (Aldé, 2001, p.32) considerados valores de extrema importância para o entendimento das divergências existentes nas atitudes dos cidadãos.

Converse (1962) defendia que as convicções políticas dos cidadãos são originárias dos níveis de concepção sobre o mundo político que os eleitores são

capazes de formular e que possuem como variáveis a centralidade e a motivação para a política. O autor acreditava que os indivíduos que fizessem acepções mais conceituadas utilizavam-se de ideias mais amplas e com maior abstração para definir seu posicionamento político. Porém, seu argumento foi impreciso e os estudos posteriores demonstraram que as acepções políticas de seus cidadãos se assemelham a dos seus líderes.

Boudon (1997) é contrário as afirmações de Converse (1962) ao destacar que os eleitores mesmo desprovidos de informações suficientes não agem de forma irracional. Os indivíduos procuram simplificar os quadros que lhe são fornecidos para analisar o mundo público e definir o papel de cada cidadão, sendo uma boa parte do seu conhecimento proveniente do senso comum, que é usado para orientar e justificar sua ação. O excesso de informações nesse caso poderia causar confusão e inércia nos sujeitos.

Aldé (2001) afirma que os indivíduos em qualquer ambiente em que se concentram procuram expressar a sua visão sobre o mundo político de forma clara e simplificada, seja numa conversa informal com os amigos ou em uma pesquisa de opinião.

A ciência política procura explicar as atitudes políticas dos cidadãos sobre a ótica de várias vertentes entre elas uma das mais importantes é a que procura explicar a tendência que a massa tem de alienar-se politicamente.

Segundo Aldé a alienação é:

Um conceito clássico da filosofia política, que designa um processo de perda da própria identidade individual ou coletiva, relacionada com uma situação negativa de dependência e falta de autonomia (Aldé, 2001, p.34).

Esse conceito de alienação proposto por Aldé (2001) é consonante ao conceito sociológico de Karl Marx que apontava o capitalismo como o principal fator das divergências existentes entre o ideal para o indivíduo e a comunidade, o que só poderia ser resolvido em sua opinião pelo fim da propriedade privada e do trabalho alienado. Mas, o conceito de alienação que abordaremos neste trabalho é o conceito psicológico, em que a visão que os indivíduos têm do sistema é diferente da sua real dimensão.

Ada Finifter (1970) divide a alienação política em quatro dimensões:

a) impotência política: sentimento do indivíduo de que não pode afetar as ações do governo, de que a alocação autoritária de recursos para a sociedade, centro do processo político, não está sujeita à sua influência. Inversamente relacionado com o conceito de eficácia política, sentimento de que seus desejos e julgamentos encontram respaldo na atuação pública. b) ausência de sentido da política, ou seja, a percepção de que as decisões políticas são imprevisíveis, regidas por um padrão aleatório que foge ao entendimento do cidadão. c) ausência de normas da política, descrita como a percepção de que as regras estabelecidas para o funcionamento do mundo público são sistematicamente burladas, como no caso, mais uma vez apontado pela presente pesquisa, da crença generalizada no comportamento ilegal e imoral da classe política. d) isolamento político, caracterizado pela rejeição de normas políticas e de objetivos amplamente compartilhados na sociedade, majoritários ou consensuais (Aldé, 2001, p.37)

Aldé (2001) afirma que as diferentes dimensões da alienação política revelam uma impressão negativa sobre o meio público. Esse desânimo se subdivide em dois pilares principais: No primeiro o cidadão vê a política como algo ineficiente, leviana, em que sobressaem interesses individuais sobre o coletivo. No segundo é a percepção da distância entre os representados e a esfera pública. Essas consequências provenientes da alienação acabam interferindo no entendimento e no papel do indivíduo em relação ao campo político.

A ideia de integração é defendida por muitos autores como a solução para a alienação. O modo que os cidadãos atuam no regime democrático permite a ele obter mais conhecimento sobre a esfera pública e assim agir de forma mais consciente dentro do regime democrático.

David Easton (1962) discursa que o apoio dos cidadãos se subdivide de três maneiras: O primeiro tipo de cidadão apoia o Estado, no sentido que tange a sensação de pertencimento a uma nação. No segundo modelo o indivíduo apoia o sistema com todas as suas regras, preceitos e condutas. No terceiro, os eleitores apoiam de forma personalista, em maior ou menor grau as autoridades, as regras do regime e os representantes vigentes no período devido a sua personalidade e carisma.

Lipset (1967) acrescenta a essa discussão um novo tipo de apoio que é difuso e peculiar referente a legitimidade do sistema político, a confiança no governo, muitas vezes pautada na ação presente dos representantes.

Os estudos de comportamento eleitoral, têm procurado cada vez mais hipóteses que procuram explicar o comportamento eleitoral dos brasileiros, eles

apontam que fatores como a região e a localidade em que os eleitores se encontram interferem muito em sua maneira de agir, tornando-se algo relevante para as análises que foram feitas.

A maioria desses estudos apontados pelos autores acerca do comportamento eleitoral foca no período de transição para a redemocratização no Brasil, em que a sociedade procurava a inserção de valores democráticos, impulsionado principalmente pelo movimento que pedia a convocação das eleições e a inserção da eleição direta para presidente. Alguns estudos sobre o comportamento eleitoral possuem um enfoque na relação de legitimidade e desilusão dos cidadãos em referência ao regime democrático e outros estudos discursam sobre a aptidão e capacidade do eleitor de votar de forma racional.

O cidadão comum brasileiro não vota de maneira a defender o interesse de classes, ele vota quase sempre em partidos específicos (Aldé, 2001). A autora acrescenta ainda que essa ligação ocorre devido as relações existentes entre o indivíduo e a liderança partidária que acaba gerando o clientelismo e o personalismo político. Entretanto, destaca-se no Brasil um eleitor volúvel, flutuante que muda de opinião em curtos períodos de tempo sem uma linha de raciocínio específico que poderia justificar o seu comportamento podendo ser explicado pela baixa estrutura ideológica e a falta de identificação partidária.

Flávio Silveira (1998) destaca um tipo de eleitor brasileiro em que o clientelismo e a identificação partidária são substituídos pela razão. Esse tipo de eleitor dito intuitivo procura elementos afetivos como amizade, imagem e gosto, mesmo nesse caso o personalismo ainda é muito presente e é utilizado como justificativo na votação. Nesse comportamento intuitivo, o eleitor mantém uma imagem abstrata dos governos principalmente dos que se encontram em um nível macro distante de sua localidade, em que a mídia aparece como extremamente relevante no processo de formação do voto.

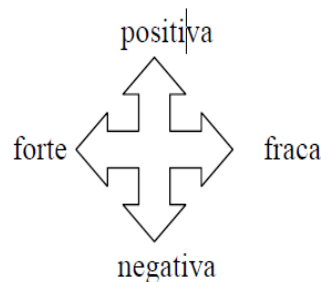
A noção de esquerda e direita também não se expressa com clareza na mente dos cidadãos comuns brasileiros, o centro é entendido como a orientação política de sugestão econômica mais liberal e que não interfere nos assuntos estatais. A direita é tida como a responsável pela manutenção da ordem, da autoridade estatal, conservadora e como repressora dos movimentos sociais. A esquerda é vista como o oposto à direita é aquela contrária ao ordenamento estatal, que busca atender as vontades dos movimentos populares (Aldé, 2001))

Aldé (2001) afirma que o período pós Diretas-Já apresentou um pessimismo presente nos eleitores em relação a esfera pública, somada ao sentimento recorrente das constantes denúncias de corrupção e clientelismo que ganhavam bastante notoriedade na mídia. Entretanto, apesar das desconfianças existentes no que se refere ao âmbito governamental, o brasileiro ainda vê os direitos democráticos como fundamentais.

4.3 Atitude Política

A atitude política refere-se a forma pelo qual o cidadão age politicamente mediante a sociedade. Através de enquadramentos e explicações estruturadas, que os indivíduos demonstram suas ações que podem ter diferentes valorações e intensidades.

FIGURA 1. Intensidade e Valência da Atitude Política



(Fonte: Aldé, 2001, p.51)

Aldé(2001) classifica a atitude política quanto a sua intensidade e valência classificada como positiva ou negativa. A ação do cidadão mediante a política pode ser primordialmente de intensidade fraca ou forte e é medida pela vontade que um indivíduo têm em discutir assuntos políticos, sendo considerada forte quando esta possui papel relevante em suas aflições diárias e fraca quando ela não apresenta nenhuma significância. A partir dessas concepções a autora faz segmentações entre os tipos de eleitores, que nos permitem entender as diferenças existentes na tendência a atitude política dos eleitores.

A pesquisadora chama os indivíduos que possuem uma atitude forte e positiva de cidadãos integrados. Neste primeiro grupo de atitude política, estão cidadãos em que a política está presente em suas inquietações e diálogos mesmo

quando se está fora do período eleitoral, possuem conhecimento e aceitam as regras do jogo democrático, ainda que tenham uma visão crítica ao governo e aos políticos.

O segundo tipo de atitude política é examinado através da valência, que se classifica em positiva ou negativa, ela envolve o valor dado ao mundo político entendido como a forma de julgamento das instituições, a maneira pela qual declaram os valores políticos positivos, e a crença na melhoria do mundo público através da política, sendo importante o papel de cada um de realizar mudanças numa situação tida como negativa, seja individualmente ou coletivamente, ainda que este não possua meios de resolvê-lo.

As tendências para a atitude aparecem nos indivíduos de diferentes formas, a partir de suas referências e das informações que ele tem acesso. Um indivíduo pode ser cético em relação a política no entanto pode apresentar uma forte intensidade ao considerá-la relevante em seu discurso, e negativa quanto a valência. São pessoas que segundo Aldé (2001) já participaram de alguma instituição política, como sindicatos, associações, ou mesmo foram cabos eleitorais e acabaram se decepcionando com o meio político.

O terceiro grupo de atitude política definido por Aldé (2001) são chamados de cidadãos angustiados, que possuem uma atitude forte no que se refere a política, todavia tensa na valência atribuída. São cidadãos que acreditam no poder da política de promover o bem, entretanto, não acreditam nos métodos institucionais que estão a sua disposição para que possam agir politicamente, ou mesmo não conhecem as maneiras que lhes permitam adentrar na vida pública.

A atitude em relação a política também pode ser fraca e passiva, em que o meio político está distante da rotina das pessoas, não possui relevância e nem desperta nelas o interesse de participar, e quando lhes são designados a obrigação de envolver-se nesse meio, não questionam devido a legitimidade a que lhe atribuem, e acabam mobilizando-se no período eleitoral.

O último grupo possui uma atitude fraca e negativa em relação à política, são pessoas que ficam impacientes ou mesmo irritados quando aborda-se esse assunto, são pessoas que tiveram pouco ou nenhum contato com a esfera pública, não lhe consideram relevante e chegam até a renegá-la.

As tendências em relação a atitude política podem ser mutáveis, oscilando entre forte e fraca, muitas vezes sendo ocasionadas por informações transmitidas na

mídia, todavia estes cidadãos em algum momento podem mobilizar-se em relação a alguma agenda pública ou a algum agente político.

Os cidadãos atribuem um papel de extrema relevância para a mídia, que é a responsável pela disseminação de informações e fornecer explicações simples e aceitáveis que leva a uma multiplicidade de atitudes políticas presentes também numa pluralidade de posicionamento e atividades comunicativas, em um mundo repleto de uma complexidade de informações.

Os cidadãos usam sua inteligibilidade para que possam compreender as informações perpassadas pela mídia, na qual os sujeitos lhe atribuem uma valoração, que é utilizada na formação da opinião pública, bem como na sua reprodução e propagação.

O uso diferenciado da mídia traduz-se numa teia de relações interpessoais de comunicação política em que o próprio consumo ativo e qualificado dos meios de comunicação de massa é usado como justificativa para a atribuição de maior competência cognitiva a alguns cidadãos. (Aldé, 2001, p.112)

4.4 Mídia e Atitude Política

A informação é algo de suma relevância para a construção da atitude política, assim como a forma que ela é exposta e o uso dos meios de comunicação para tais fins feito pelos cidadãos. Entretanto, a forma pela qual os indivíduos agem na via pública inclui além dos elementos mencionados, a vivência tida por eles.

A democracia representativa apesar de não possuir nenhum mecanismo que coage o cidadão a manifestar sua opinião publicamente, permite a sua participação através do pleito eleitoral. Contudo, a maior parte da participação dos eleitores se dá através dos seus discursos, seja ele feito no âmbito familiar, numa conversa com os amigos, em locais públicos como paradas de ônibus ou mesmo no próprio transporte, em filas, etc. Os diálogos realizados têm quase sempre como temas os assuntos retratados na mídia e os eleitores procuram desenvolver sua opinião através das experiências obtidas com esses colóquios, procurando assim uma justificação racional para suas posições ou sua inércia mediante o campo político.

O jornalismo é o principal meio a qual o cidadão pode recorrer para ter informações a respeito do mundo público. O enquadramento proveniente da mídia possui uma série de limitações e a informação repassada e semelhante em todos os

canais midiáticos. Todavia, as vivências, as relações individuais e as interações dos indivíduos interferem na maneira que estes vão utilizar o espaço midiático.

As pessoas que possuem algum tipo de ligação com instituições e organizações públicas e que consideram a política um assunto relevante em suas vidas tende a ter atitudes políticas fortes e variam entre as valências positiva e negativa, são capazes de formular pensamentos políticos mais elaborados e têm a sua disposição um referencial mais amplo do que aquele fornecido pela mídia.

Os indivíduos que possuem atitude política fraca tendem a absorver apenas as informações fornecidas pela mídia, pois já que a política é um assunto de baixa significância em sua vida é preferível a sua utilização, do que sair em buscas de novos enquadramentos que pudessem ajudar na elaboração da sua opinião. Destarte, a televisão e o rádio acabam destacando-se devido a facilidade de acesso permitida por eles, o jornal impresso também é acessível não como os dois citados, mas ainda bastante relevante, a diferença dele para os outros é a exigência de uma maior capacidade cognitiva dos eleitores que pretendem utilizá-lo para o seu enquadramento.

Aldé em uma pesquisa realizada no ano de 2001 aponta que a maior parte de seus entrevistados possuem um sentimento de que a maior parte da população possui um número de informações inferiores aos necessários para que ela possa formular uma opinião pública consistente.

É esta a mais frequente explicação para a má qualidade da elite política, resultados eleitorais insatisfatórios, falta de controle popular sobre as instituições e os representantes, e outras mazelas da vida política contemporânea. Os entrevistados podem ou não se incluir nesta maioria de “ignorantes”, mas todos concordam com o diagnóstico e com a importância de “estar por dentro”, saber o que vai no mundo, conhecer as “notícias importantes”, em evidência. (Aldé, 2001, p. 127)

A autora também assevera que as pessoas que possuem um maior número de quadros de referência e acesso a informações são consideradas uma elite cognitiva, e que “cultura” nas palavras de Aldé define a qualidade tanto do político quanto do eleitor, ela acrescenta que esse é um dos fatores condicionantes a rejeição sofrida pelo ex presidente Lula nas eleições de 1990, 1994 e 1998.

Além dos meios de comunicação as pessoas que são consideradas fazendo parte da elite cognitiva também são formadoras de opinião, ora se boa parte

dos enquadramentos a qual a população tem acesso se dá em vias públicas, e os primeiros são considerados intelectuais, capazes de formar explicações mais bem elaboradas sobre o meio político, além de terem acesso a um número de informações mais amplas, e poderem avaliar e simplifica-las facilitando assim o entendimento da massa.

Os jornalistas são incumbidos pelos cidadãos da responsabilidade de transmitir a perspicuidade da administração pública, assim como vigiar e denunciar os políticos e o poder público, mostrando sempre a veracidade dos fatos, sendo importante ressaltar a notoriedade que as denúncias políticas estão adquirindo nos telejornais, em que na atualidade aparecem em um número cada vez mais crescente.

O papel dos apresentadores de telejornal e dos jornalistas passa a ser, muitas vezes, o de fornecer a avaliação, a valência da notícia, conferindo-lhe positividade ou negatividade, respondendo à demanda por opiniões “prontas”, explicações assimiláveis, de preferência julgamentos, sem que seja necessário pesar todos os “fatos” (Aldé, 2001, p.167).

O jornalista pelo fato de denunciar os políticos gera no imaginário da massa um papel de herói. As denúncias além de serem apreciadas pelo público assim como o posicionamento político, acabam conferindo uma credibilidade a esse profissional e a seu jornal. Entretanto, a população desconfia da manipulação das emissoras movidas por fins particulares, interesses econômicos ou políticos ou mesmo algum tipo de coação governamental.

Os meios de comunicação são essenciais na formulação e justificação das opiniões públicas, sendo seus enquadramentos influenciadores das atitudes políticas dos cidadãos. Todavia, é válido ressaltar que as ações políticas dos mesmos são mutáveis e se encontram em constantes processos de renovação.

4.5 A internet e as eleições

O advento da internet propiciou diversificação da informação, uma maior interação com baixos custos, e modificou o modo de se relacionar das pessoas. As NTICs (Novas Tecnologias de Informação) nas democracias representativas têm resultado uma gama de estudos que procuram entender seu impacto e como ela afeta a relação entre representantes e representados.

Sérgio Braga (2011) afirma que a partir do ano de 1999, ampliou-se os estudos referentes ao impacto da internet dentro das campanhas eleitorais nos Estados Unidos e Europa e posteriormente essas análises começaram a ser realizadas no Brasil.

O primeiro aspecto analisado nessas pesquisas tinha como alvo o uso da Internet pelos candidatos na democracia representativa, a forma de ação realizada por ele, bem como as consequências dessa aproximação entre representantes e representados, assim, procuravam analisar a sua utilização dentro das campanhas eleitorais, desvendando o relacionamento existente entre as agremiações e as mídias usuais.

Braga afirma (2001) que antes da eleição do presidente americano Barack Obama, os estudos giravam em torno da capacidade que a rede tinha de fomentar novos tipos de democracia, dando origem a uma polarização entre “ciberpessimistas” ou “cibercéticos” que acreditavam na baixa capacidade que a web tinha de modificar as formas tradicionais da política e os “ciberotimistas” que acreditavam que a internet não só modificaria as formas usuais de políticas, mas também geraria uma forma de democracia representativa mais direta e participativa.

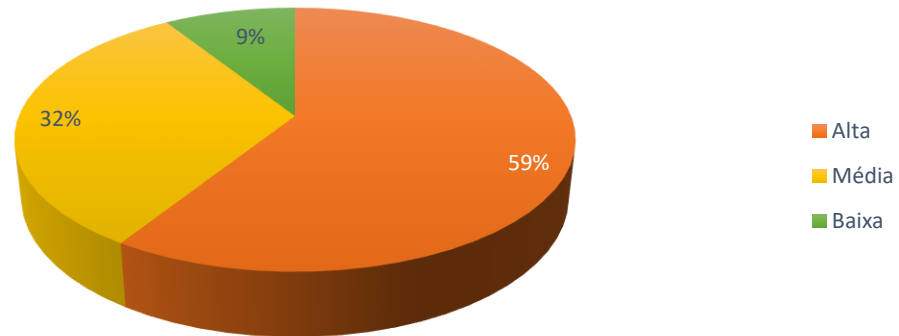
Após a eleição de Obama, surgiram novos questionamentos dentro desse campo de estudo: Como qual a importância da rede para aumentar a participação dos eleitores dentro das instituições públicas? Qual seria seu papel como formadora de opinião pública e fomentadora das atitudes políticas dos cidadãos?

O Senado Federal brasileiro no ano de 2009 realizou uma pesquisa visando demonstrar a relação existente entre a internet e as eleições brasileiras, e quais as influências dessa nova plataforma midiática na opinião pública dos eleitores, os resultados obtidos nessas pesquisas serão apresentados no presente trabalho. O estudo foi realizado entre os dias 8 e 21 de setembro, com uma amostra de 1808 moradores de capitais e Distrito Federal, ouvidos em entrevista telefônica.

Ao questionar o eleitorado sobre a importância da internet nas eleições obteve o seguinte resultado (Ver gráfico 1).

GRÁFICO 1. A importância da Internet nas eleições

Importância da Internet



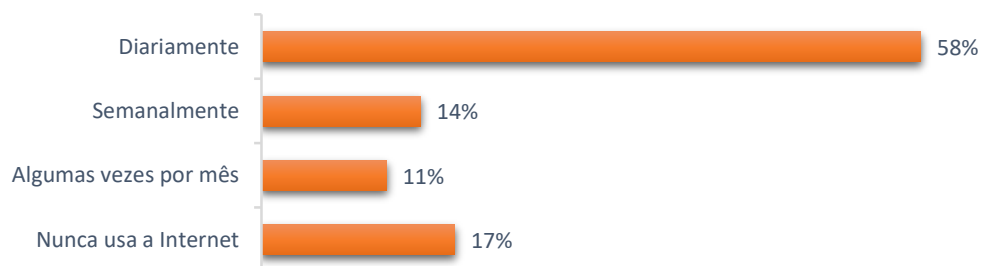
(Fonte: DataSenado, 2009, p.3)

Os dados mostram que já no ano de 2009, a maior parte do eleitorado 59% já percebia a importância que este novo meio teria para as eleições, e que ela seria um fator crucial para seus resultados, enquanto 32% achava média a sua significância e 9% a considerava de baixa relevância.

A pesquisa em questão também buscava saber a frequência com que os usuários utilizariam a internet.

GRÁFICO 2. Frequência de Uso da Internet

Frequência de Uso da Internet



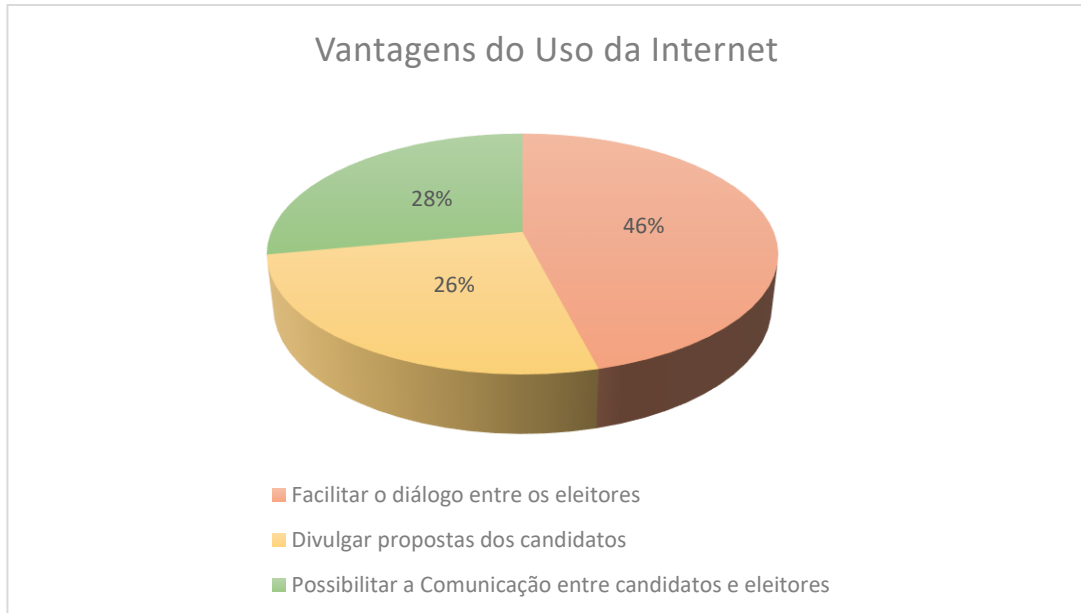
(Fonte: DataSenado, 2009, p.3)

A frequência nos mostra que 58% do eleitorado usa a Internet diariamente, 14% a semanalmente, o equivalente 72% do eleitorado, que está sujeito a todas as informações repassadas no campo midiático, enquanto 28% está menos

suscetível ao poder desse meio de comunicação em que 11% usa algumas vezes por mês e 17% nunca usa a Internet.

Ao interpelarem os eleitores sobre a importância da Internet obteve-se a respostas:

GRÁFICO 3. Vantagens do uso da Internet



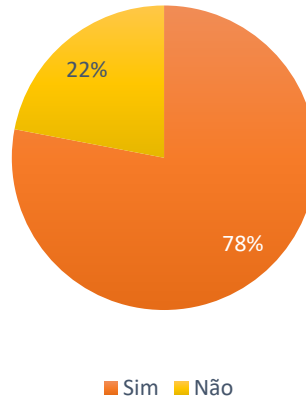
(Fonte: DataSenado, 2009, p.4)

A maioria dos entrevistados pela DataSenado acredita que a Internet facilita o diálogo entre os eleitores (46%), o que reitera a afirmação mencionada antes neste capítulo que aborda que grande parte da influência dos eleitores se dá através de suas interações sociais, 28% dos entrevistados acredita que ela possibilita a comunicação entre candidatos e eleitores, fato que muitas vezes ocorre entre fóruns de páginas de notícias ou portais de política, 26% dos entrevistados acredita que ela divulga a propostas dos candidatos, todavia é importante salientar que até o ano pesquisado o número de candidatos que utilizavam a rede como meio de divulgar sua plataforma era reduzido, e que sofreu uma forte ampliação nas eleições posteriores.

A pesquisa indagou se as pessoas costumavam acessar portais ou blogs de notícia e encontrou os seguintes resultados:

GRÁFICO 4. Acesso a portais ou blogs de notícia

Acessa portais ou blogs de notícia



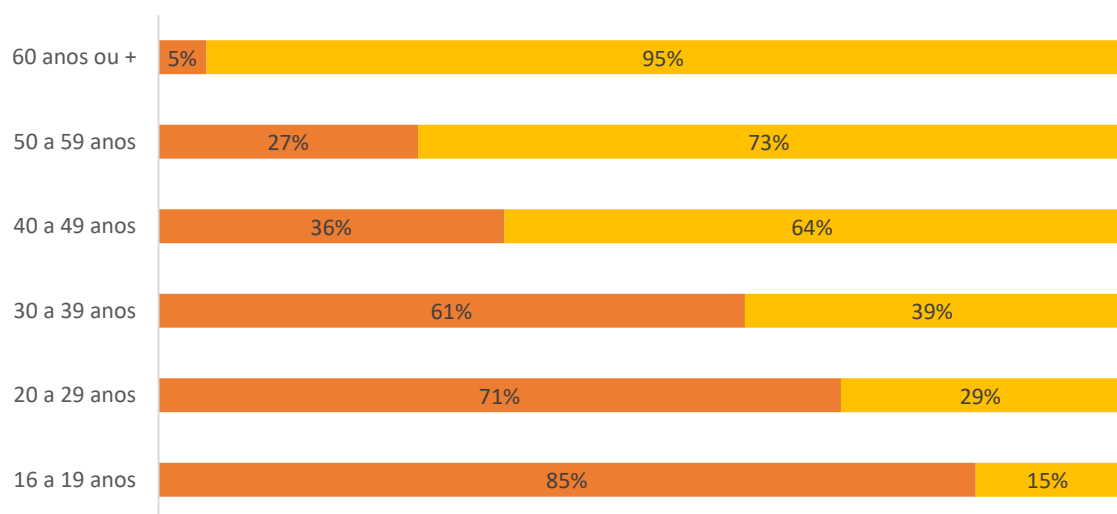
(Fonte: DataSenado, 2009, p.4)

A pesquisa indica que 78% dos usuários da web acessam portais e blogs de notícia, enquanto 22% dos entrevistados não acessam esses sites.

A fim de melhor exemplificar a utilização da internet o DataSenado procurou segmentar os entrevistados em faixas etárias para demonstrar a participação destes nas redes sociais.

GRÁFICO 5. Participação em redes sociais por faixa etária

Participação em redes sociais por faixa etária



(Fonte: DataSenado, 2009, p.4)

A faixa etária de pessoas de 16 a 19 anos é a que possui maior porcentagem de usuários das redes sociais 85% das pessoas que pertencem a ela a utilizam, enquanto a faixa de pessoas com 60 anos ou mais é a que possui um menor número de usuários 5%. As demais faixas entre 20 a 29 anos, entre 30 a 39, entre 40 a 49 e entre 50 a 59 anos possuem respectivamente as porcentagens de 71%, 61%, 36% e 27%.

Braga(2011) ao fazer um estudo dos mecanismos de participação política nos websites dos candidatos à prefeitura no pleito de outubro de 2010 no Brasil, afirmou que plataformas midiáticas como twitter, facebook e youtube foram amplamente utilizadas pelos candidatos em detrimento do pleito eleitoral anterior em que eram timidamente utilizados, em contrapartida blogs, fóruns e chats foram plataformas que tiveram sua utilização reduzida.

O autor além de expressar a notoriedade adquirida das redes sociais para as campanhas eleitorais, informa que a internet insere um caráter valorativo as eleições e por conseguinte estimula os procedimentos de *accountability* assim como ajuda na coordenação estratégica dos militantes e no aprimoramento das mensagens passadas pelos candidatos.

4.6 Os Jovens e a Internet

A internet é a principal plataforma de disseminação de informações políticas atualmente entre os mais jovens, enquanto entre os mais velhos a televisão continua a ocupar essa posição, esse sucesso das notícias propagadas via rede se dá devido a facilidade de verificação da veracidade ou não dos dados fornecidos. Os mais velhos apesar de a usarem em uma escala menor, a utilizam como enquadramento complementar as notícias provenientes de outras fontes.

A web é vista pelas pessoas como uma forma de lazer e mesmo aquelas pessoas que possuem uma atitude política forte não passam muito tempo procurando informações sobre candidatos, partidos ou eleições.

A rede destaca-se pela praticidade de se obter informações, a instantaneidade com que elas são fornecidas, a interação entre os seus usuários a multiplicidades de ideias disponíveis e a capacidade memória. Aldé (2011) caracteriza alguns elementos da Internet dentro do campo político:

- A praticidade - é entendida como a facilidade de obtenção de informações a qualquer momento.

- O tempo real - a atualização constante das notícias que lhes fornece transparência e credibilidade.

- A segmentação - permite ao eleitor selecionar a notícia de seu interesse.

- O detalhamento - permite ao eleitor entranhar-se nos detalhes das informações, tendo em vista que muitos deles sequer aparecem em outros meios, e a facilidade de acesso aos arquivos que possibilitam ao usuário requerer um documento que existente na rede a qualquer hora e em qualquer lugar.

- Credibilidade - permite ao eleitor a apuração dos fatos e poder fazer a comparação das notícias dadas em relação as outras páginas de notícias ou mesmo outros elementos midiáticos.

- Interatividade - a emissão de opinião e o acesso a opiniões de outras pessoas.

- Pluralidade - o acesso a diferentes pontos de vistas e ideias.

O lado negativo da Internet encontra-se na possibilidade qualquer um em qualquer momento pode inserir falácias na rede e nem todos os cidadãos sabem como fazer a verificação da veracidade das notícias estando muitas vezes sujeitos a reproduzir ideias equivocadas, daí surge a importância da repetição da notícia em várias páginas para que esta possa adquirir uma maior credibilidade. Assim para resolver esse paradigma os internautas recorrem a portais de informação afim de conferir o caráter crível e poder saciar sua sede de informações.

Os portais de notícia são tidos como as principais referências sobre os assuntos políticos, as pessoas podem acessá-lo tanto de casa quanto no trabalho.

As pessoas têm o costume de passar os olhos pelas chamadas das primeiras páginas dos portais muitas vezes por serem as páginas de abertura de seu e-mail pessoal. Primeiro, lendo as chamadas, seguindo a lógica da publicação: chamadas colocadas no alto da página, letras maiores e fotos chamam mais atenção, bem como notícias "bizarras", incomuns (Aldé, 2011, p. 33).

Os consumidores dessa plataforma observam que nela existem alguns tipos de notícia que se sobressaem sobre as demais e acabam dominando o noticiário por um certo período de tempo até que sejam substituídos por outras.

As notícias que se sobressaem nos portais se subdividem em dois tipos: as de interesse pessoal, quando elas têm implicação direta na vida do eleitor e as notícias propriamente dita, sendo consideradas nessa concepção as informações de cunho político, um fato curioso a respeito destas é que as notícias que mais chamam a atenção dos leitores são aquelas que apresentam escândalos do mundo político, além de polêmicas e disputas e a maneira pela qual os políticos reagem em situações adversas (Aldé, 2011).

O e-mail possui os mais diversos *links* e temas e muitas a porta de entrada para as demais plataformas como *youtube*, ou *sites*. Os internautas passam mais tempo nas redes sociais que nos e-mails, porém a maioria dos usuários acreditam que ele apresenta um adicional e fornece uma comunicação mais direta e personalista com enfoque no conteúdo.

Os *links* dos e-mails precisam ter um visual chamativo para despertar o interesse dos leitores, todavia, os usuários ficam receosos com os conteúdos que lhes é enviado por e-mail, por medo de vírus ou outros fatores, mas quando a procedência é conhecida eles abrem sem medo, e repassam as informações que consideram relevantes para as outras pessoas.

Os *blogs* são plataformas que não possuem tanta visibilidade quanto as que já foram citadas o que é ocasionado principalmente pela desconfiança dos eleitores em relação ao caráter e a parcialidade dos blogs. O que chama atenção dos leitores desse tipo de publicação são os bastidores e as notícias atualizadas, que fazem comentários as cercas dos temas dos momentos. Os consumidores de blogs manifestam sua opinião de forma tendenciosa, em alguns casos chegando a ser até agressivos.

O *facebook* atualmente é um dos principais campos de debates políticos virtuais, apesar de não ser considerado um mecanismo de comunicação política, ele é um dos principais formadores de opinião pública atualmente. Essa rede social segundo fontes do próprio site alcançou a marca de mais de um bilhão de usuários ativos em todo o mundo, estando 99 milhões deles no Brasil, esse constante crescimento é propiciado pela utilização do aplicativo nos celulares aumentando cada vez mais o número de usuários.

O *facebook* começou a ganhar notoriedade a partir das eleições americanas em que o presidente Obama foi eleito. No Brasil a rede social também foi

utilizada como ferramenta de campanhas nas eleições presidenciais de 2014 que culminaram na eleição da presidente Dilma Rousseff, assim como os governadores, senadores e deputados estaduais e federais. A disputa política presidencial deste ano teve 674 milhões de interações dentro desta mídia entre postagens, *likes*, comentários e compartilhamentos no período de 6 de julho a 26 de outubro.

A utilização das redes sociais permite a ampliação dos debates, acerca das questões públicas, permite uma aproximação entre os candidatos e eleitores, além de permitir aos primeiros a divulgação de seus projetos e sua plataforma de campanha.

O *Youtube* é uma ferramenta que se relaciona com a TV, pois os internautas buscam rever os vídeos que não foram visualizados na televisão, e posteriormente foram comentados na internet. Os seus vídeos adquirem credibilidade devido ao caráter documental proveniente do uso de imagens.

Os vídeos de discursos dos candidatos, das plataformas de campanha, dos trabalhos realizados no campo político e os debates durante a campanha eleitoral são colocados nessa plataforma de vídeos online, porém a população os vê com certa desconfiança por acreditar que aquilo pode ser apenas material de campanha.

O *twitter* é uma rede social relevante porém pouco utilizada, as principais reclamações referentes a ele relacionam-se com a dificuldade de manuseio dessa plataforma, todavia ela é uma ferramenta que possui uma comunicação direta entre os eleitores e os candidatos por permitir uma maior interação entre ambos. Nas eleições brasileiras de 2014 houveram 40 milhões de mensagens entre likes e tuítes.

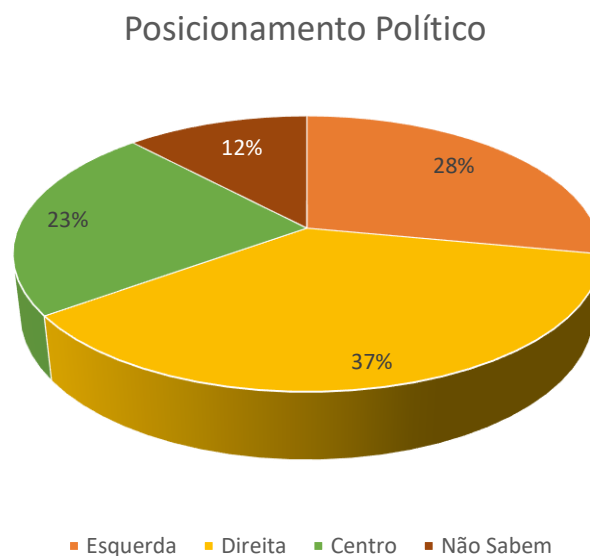
O *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens que surgiu como uma das principais ferramentas de campanha dos candidatos nas eleições de 2014. Os dados referentes a esse aplicativo são sigilosos o que nos impede de fazer um levantamento da interação existente nele, contudo no ano de 2014 eram 45 milhões de brasileiros usuários do aplicativo, no ano de 2016 essa quantidade sobe para 100 milhões de usuários. A divulgação das informações dentro desse aplicativo podem ser realizadas a partir de linhas de transmissão existentes no mesmo que mandam a mesma mensagem para vários usuários ao mesmo tempo, ou nos grupos existentes em que os responsáveis pela circulação são os próprios membros.

O Instituto Datafolha realizou uma pesquisa em 2008 com jovens de 16 a 25 anos procurando descobrir seus hábitos, opiniões e anseios. O estudo feito apontou que esse jovem tem como valores principais a família, a saúde, o trabalho e

o estudo, e que estes jovens têm como anseios a realização profissional, a aquisição de um carro e uma casa, assim como desejam ficar ricos. São 1541 entrevistas em 168 municípios. Levantamento por amostragem com abordagem em pontos de fluxo populacional com cotas sexo e idade e sorteio aleatório dos entrevistados. O universo é dividido em quatro sub-universos que representam as regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte/Centro-Oeste.

Os jovens entrevistados se posicionam a direita do espectro político, as opiniões políticas dos mesmos são bem diversificadas, e suas principais fontes de informação são a televisão e a internet, chegando até a ser empatadas na faixa etária dos jovens entre 16 e 17 anos.

GRÁFICO 6. Posicionamento Político

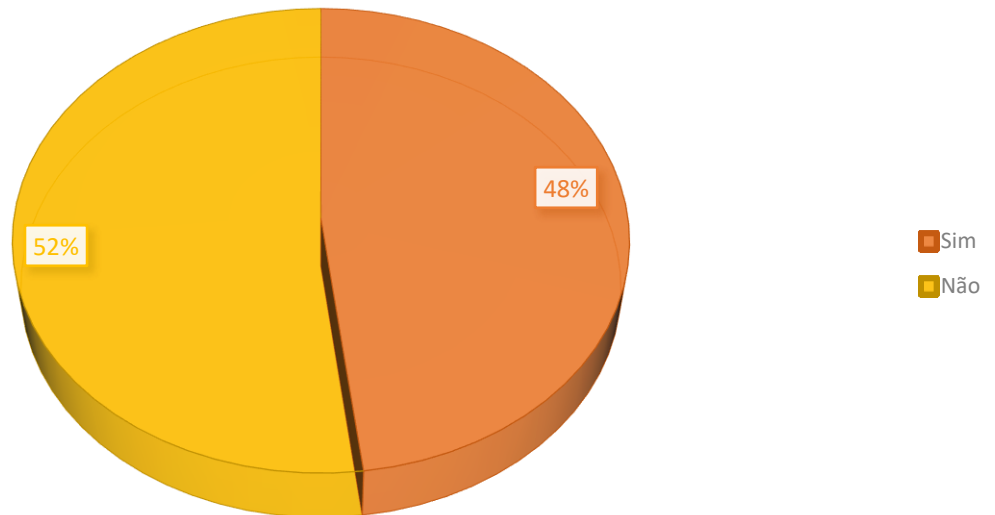


(Fonte: Elaboração Própria com base na pesquisa Datafolha, 2008)

Entre os jovens que foram entrevistados como já foi mencionado 37% se declaram pertencentes a direita, 28% declaram-se a esquerda, 26% localizam-se no centro e 12% não souberam opinar.

A pesquisa aponta que os jovens de 16 e 17 anos 36% se posicionam a esquerda, e 34% a direita, sendo este posicionamento superior em jovens com apenas o ensino fundamental (41%) e com renda de até dois salários mínimos (40%). Os jovens que possuem maior escolaridade a maior parte encontram-se no centro 29%, enquanto os que se posicionam a direita ocupam 35% e 30% situam-se a esquerda. Este resultado assemelha-se ao daqueles que possuem renda acima de dez salários mínimos, 36% se situam a direita, 30% do centro e 27% se estabelecem a esquerda.

GRÁFICO 7. Jovens que assistem o noticiário político

ASSISTEM NOTICIÁRIO POLÍTICO

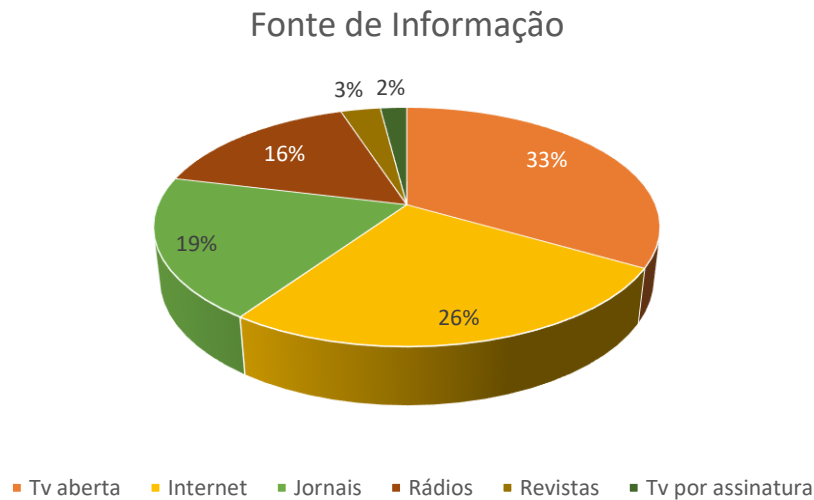
(Fonte: Elaboração Própria com base na pesquisa Datafolha, 2008)

Segundo o gráfico acima 52% dos entrevistados não assistem ao noticiário enquanto apenas 48% acompanham os jornais que falam sobre política. Entre os jovens de maior poder aquisitivo e de maior escolaridade ocorre o fenômeno oposto chegando a 62% no primeiro caso e 53% entre as classes A e B. Nos homens na faixa etária de 22 a 25 anos o interesse pelos noticiários chega a 56%. Os consumidores de jornal são 47% dos que se posicionaram a esquerda, 51% dos que encaixaram-se no centro e 50% dos que se colocaram a direita.

De acordo com os dados informados pode-se montar um perfil do principal consumidor de jornais entre os jovens, são homens entre 22 e 25 anos de maior poder aquisitivo e maior escolaridade e que se situam no centro do espectro político.

A maior parte dos jovens não possuem interesses em organizações ou movimentos sociais.

GRÁFICO 8. Principal fonte de informação



(Fonte: Fonte: Elaboração Própria com base na pesquisa Datafolha, 2008)

Os jovens que têm como principal fonte de informação a TV aberta com 37% das preferências, seguida pela internet com 26%, os jornais e rádios obtiveram a predileção de 19% e 16% dos entrevistados respectivamente, e por fim as revistas com 3% e a TV por assinatura com 2%.

Entre os jovens de 16 a 21 anos TV e Internet empatam em significância, atingindo no segmento de 16 a 17 anos cada uma 30% das preferências, enquanto os jovens de 18 a 21 anos 31% preferem a televisão e 29% preferem a Internet. Já os jovens de 22 a 25 anos preferem a TV 35%, seguida pelos jornais 23% e a Internet 20%.

Nas preferências de acordo com o sexo dos entrevistados, 33% dos homens preferem a TV aberta enquanto 31% preferem a Internet, com os jornais ocupando o terceiro lugar ocupando a preferência de 19% dos entrevistados. Entre as mulheres a TV aberta é citada por 33% das mulheres, a Internet fica em segundo com 21% e o rádio e os jornais ficam na terceira posição com 18%.

As pessoas de maior poder aquisitivo segundo a pesquisa preferem a Internet, as que ganham entre 5 a 10 salários mínimos ocupam 43% e as que ganham acima de 10 salários mínimos essa porcentagem chega a 48%. Entre os que têm maior escolaridade ela é preterida por 47% e os que pertencem a classe A e B ela possui a preferência de 43% dos entrevistados.

As pessoas pertencentes as classes que possuem menor renda preferem a televisão como principal fonte de informação representando 41% dos entrevistados,

o rádio fica em segundo lugar com 22%, seguido pelos jornais com 20% e a Internet só aparece na quarta posição sendo a preferência de 11% dos entrevistados.

A análise feita pelo Instituto Datafolha apontou que 74% dos entrevistados possuem acesso à Internet, em que 31% a acessam em suas residências e 15% no trabalho. Entre os mais jovens a porcentagem dos que possuem internet chega a 83%. O acesso à Internet dos que possuem nível superior chega a 98% e entre aqueles que ganham acima de 10 salários mínimos essa porcentagem ocupa 95% das preferências.

A média de tempo dos que possuem acesso à internet é de 2 horas e meia. Entre os entrevistados 81% fazem seu uso conectando as redes sociais (Facebook, Twitter), 79% para se informar, 76% para a leitura de e-mails e troca de mensagens, 32% leem blogs e 19% escrevem os blogs.

Do público entrevistado 73% possui celular, destes 76% das mulheres e 70% dos homens utilizam o telefone móvel. Os homens entre 16 e 17 anos são os que possuem a menor porcentagem daqueles que possuem celular apenas 55%, já as mulheres nessa faixa etária 73% a possuem. Entre os que têm maior escolaridade e maior poder aquisitivo esse índice chega a 94% e 90% respectivamente. Entre os solteiros 74% possuem celular contra 68% dos que são casados.

Entre os entrevistados 98% assistem televisão, e passam cerca de 3,4 horas em frente ao aparelho. Esse tempo é maior nos indivíduos que estão no ensino fundamental (3,7 horas) e médio (3,5 horas), já nos indivíduos que possuem nível superior esse índice reduz a 2,6 horas. Entre os que recebem só dois salários mínimos a quantidade de horas gastas a frente da TV é de 3,7 horas contra 2,7 horas daqueles que possuem os maiores salários.

Portanto, entende-se que as mídias sociais interferem na construção das percepções políticas e eleitorais. Observou-se que os indivíduos que têm a televisão como sua principal fornecedora de opinião, tendem a possuir características semelhantes. Assim sendo o público que mais consome a televisão são homens, com maior poder aquisitivo e maior grau de escolaridade e que acabam assumindo a posição de direita dentro do espectro político.

As redes sociais também são incluídas nas responsáveis pela formação da opinião pública por permitirem uma maior interação entre os indivíduos e facilitar o acesso dos representantes aos representados. O aumento de usuários das redes principalmente daqueles que utilizam as redes sociais se deu devido a inclusão dos

aplicativos para celular como o WhatsApp, um aplicativo de mensagens instantâneas e o Facebook que permite a socialização do indivíduo com qualquer indivíduo de qualquer lugar do globo.

5 CONCLUSÕES

A influência da mídia no cenário político brasileiro, conforme foi demonstrado no decorrer dessa monografia, revela-se um fenômeno que permeia debates em todos os segmentos socioculturais e acadêmicos. Isto porque a democracia, como documentado por BOBBIO (1998), nos demonstra uma forma de poder onde uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mais de todos.

Por outro lado, Miguel (2003) defende a tese da crise do governo representativo, muito embora não haja uma comprovação teórica. Ainda segundo Miguel, essa crise está sustentada em três pilares: a diminuição do comparecimento eleitoral, a ampliação da desconfiança em relação as instituições e o declínio de adesão aos partidos políticos. Essa crise impulsionou os partidos a procurarem uma maior aproximação com seu eleitorado, forçando - os a reavaliarem suas estratégias reavaliarem para a captura desse eleitorado.

O advento dos meios de comunicação transformou a humanidade, a facilidade de um indivíduo poder estar atualizado a qualquer hora ou a qualquer momento, trouxe vários benefícios, bem como, a maior variedade de entretenimento proporcionou uma melhora na qualidade de vida. Contudo, gerou uma série de consequências perniciosas cujo teor afeta o desenvolvimento do ser humano por prejudicar sua capacidade cognitiva. Assim, a mídia tem um papel imprescindível no regime democrático, ela é a responsável pela disseminação das informações políticas. As notícias devem ser transmitidas de forma objetiva e imparcial de maneira a propiciar uma tomada de decisões racionais e plausíveis pelos cidadãos durante os processos eleitorais.

A teoria democrática clássica estava pautada na hipótese de que os indivíduos bem informados elaborassem e manifestassem com liberdade suas predileções e que estas influem nas deliberações dos governantes. Como Manin(1995) já ressaltava, os governantes têm uma relativa autonomia em relação ao eleitorado, entretanto, a vontade dos eleitores é de extrema importância nas deliberações governamentais, tendo em vista que o governo pertence ao povo, e este pode destituí-lo do poder através das eleições. Nesse contexto podemos afirmar que

a principal missão da mídia é a obtenção de audiência tendo como meta o papel de destaque que é conferido ao entretenimento e para obtê-lo ela procura as mais diversas formas. Destarte, a política se torna um assunto tedioso segundo Bourdieu, sendo necessário à procura de meios que a tornem mais interessante para o grande público.

Assim os políticos têm a mídia como um aliado, devido a construção e disseminação de sua imagem proferida pela mesma, como já mencionado, a mídia procura tornar a política algo agradável e os candidatos nesse contexto devem estar disponíveis a todas aquelas formas que a mídia lhes oferecer principalmente quando envolvem as entrevistas utilizadas como forma de promoção.

A Internet surgiu como o meio de comunicação que iria resgatar e estimular a participação democrática. Os cidadãos poderiam fazer suas ações políticas no campo da web, e assim pressionar os seus representantes, formular opiniões públicas, debater sobre os negócios públicos, se filiarem aos partidos, participando de movimentos sociais, doando fundos para campanhas, interagindo com seus representantes, interagindo em fóruns eletrônicos e interferindo em plebiscitos online. Esta nova proposta fez com que os partidos políticos mudassem a direção de suas concepções e estratégias para reconquistar o eleitorado, tentando despertar nestes o mínimo de interesse.

O presente trabalho tem relevante importância sob o aspecto das interações midiáticas e o sistema político vigente no Brasil, despertando interesse tanto nos representantes quanto nos representados, demonstrando o quanto a opinião pública pode modificar as rotas traçadas pelos atores políticos em suas diretrizes partidárias. Para essa demonstração foram utilizadas metodologia qualitativa e análise de conteúdo, mostrando que os partidos fazem uso delas para projetarem a imagem dos seus candidatos entre outras atribuições pertinentes aos mesmos.

Muito embora as primeiras mídias (rádio e principalmente a televisão) tenham influenciado as pessoas que possuíssem um maior grau de instrução, fazendo com que se posicionassem a favor dos partidos de direita (que representavam a ala conservadora do cenário político) em detrimento a outros espectros políticos. Entretanto, o desenvolvimento da web fez com que essas distorções fossem minimizadas, fazendo com que um maior número de pessoas pudessem participar

dessas discussões, equilibrando as divergências existentes entre os partidos políticos.

Contudo, as pesquisas de opinião pública disponíveis entre os anos de 2000 á 2015, se mostraram tendenciosas e insuficientes em relação as informações obtidas por instituições voltadas para esse fim, dificultando comprovações empíricas que possam demonstrar a veracidade dos resultados obtidos através dessas pesquisas, assim como a metodologia utilizada para obter tais resultados. Este fato pode colocar em xeque a credibilidade de tais instituições que ao invés de contribuírem com o avanço das interações democráticas, acabam por limitar e desviarem o verdadeiro intuito das mídias no sistema político brasileiro.

Para este trabalho, foram selecionadas as pesquisas realizadas pelos institutos DATAFOLHA e DATASENADO compreendidos entre os anos de 2008 e 2009. Muito embora estas pesquisas sejam de períodos muito anteriores ao da realização desta monografia, servindo de base para o presente estudo, por não estarem ligados diretamente a nenhuma entidade midiática e política o que não compromete a integridade deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: Cidadão comum, mídia e atitude política**. 2001. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutora em Ciência Política, Ciência Política, Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ALDÉ, Alessandra. **O internauta casual: notas sobre a circulação**. In: Revista Usp. São Paulo, p. 24-41. ago. 2011.

AZEVEDO, Fernando Antônio & RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Mídia e Política No Brasil**. In: Lua Nova. Revista de Cultura e Política, nº 43, 1998, p.189-216.

BARTH, Fernanda. **Mídia, Política e Pesquisas de Opinião Pública**. In :Revista Debates. Porto Alegre, p. 26-48. jul. 2007.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe; MOTA, Fernanda Ferreira. **Mídia, eleições e pesquisa de opinião no Brasil (1989-2010): um mapeamento da presença das pesquisas na cobertura eleitoral**. Revista Compólitica. Rio de Janeiro, p. 67-89. mar. 2011.

BOBBIO, Norberto. **Democracia**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 319-329.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 1330 p.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1930 Ed.1997. 143 p.

BRAGA, Sérgio Soares; FRANÇA, Andressa Silvério Terra; NICOLÁS, María Alejandra. **Os Partidos Políticos Brasileiros e a Internet: Uma Avaliação dos Websites dos Partidos Políticos do Brasil**. Revista de Sociologia Política. Curitiba, p. 183-208. out. 2009.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados**. Opinião Pública. Campinas, p. 478-509. out. 2009.

COSTA, Sérgio. **A democracia e a dinâmica da esfera pública**. 36. ed. São Paulo: Lua Nova, 1995. p. 55-65.

CRUZ, Melissa. **Facebook revela dados do Brasil na CPBR9 e WhatsApp 'vira ZapZap**. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2016/01/facebook-revela-dados-do-brasil-na-cpbr9-e-whatsapp-vira-zapzap.html>>.

DATAFOLHA - INSTITUTO DE PESQUISAS. **Juventude Brasileira**, 2008 (Banco de Dados). São Paulo: 2008. In: Consórcio de Informações Sociais, 2012. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>.

DATASENADO – SECRETÁRIA DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA DO SENADO FEDERAL. **A Internet e as eleições brasileiras**. Brasília, 2009. Set.2009

EISENBERG, José. **Internet, Democracia e República**. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, p. 491-511. jun. 2003.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?** São Paulo: Martins Fontes, 2003. 321 p. Tradução: Cláudia Berline

IASULAITIS, Sylvia. **Internet e Propaganda Política no Brasil: Limites e Possibilidades**. Estudos de Sociologia. Araraquara, p. 153-172. 2007.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton, Princeton University Press. 1994.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. **Manual de produção científica**. São Paulo: Penso, 2010.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.

MANIN, Bernard. **A democracia do público reconsiderada**. Novos Estudos. CEBRAP 97. São Paulo, p. 115-127. nov. 2013.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). São Paulo, v.29, ano 10, outubro de 1995, p.5-34.

MEDEIROS, Alexandre M. **Democracia**. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia>>.

MEDEIROS, Alexandre M. **Democracia Representativa**. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-representativa/>>.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **ENQUADRAMENTO: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, p. 187-201. jun. 2012.

MIGUEL, Luís Felipe. **Bourdieu e o “pessimismo da razão”**. Tempo Social: revista de sociologia da USP. São Paulo, p. 197-216. 25 jun. 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. **Dossiê “Mídia e Política”**. Revista de Sociologia Política. Curitiba, p. 7-12. jun. 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. **Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro**. Opinião Pública. Campinas, p. 91-111. maio 2004.

MIGUEL, Luís Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova. São Paulo, p. 155-184. 2012.

MIGUEL, Luís Felipe. **REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, p. 123-140. fev. 2003.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo.** 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. 192 p. Manoel Innocência de Lacerda Santos Jr.

OPPO, Anna. **Partidos Políticos.** In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 898-905.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 451 p. Tradução: Eduardo Brandão.

PORTO, Mauro Pereira. **Mídia e deliberação política: o modelo do cidadão interpretante.** Política e Sociedade. São Paulo, p. 67-108. abr. 2003.

SANI, Giacomo. **Participação Política.** In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 888-890.

SARTORI, Giovanni. **Homo Videns en La Sociedad Dirigida.** Buenos Aires: Taurus, 1998. 159 p.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. T. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** 11ª reimpressão. São Paulo: EPU, 1987.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho científico.** 18ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992

TOZZETO, Cláudia. **Eleições 2014 revelam novo cabo eleitoral: o WhatsApp.** Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/tecnologia/eleicoes-2014-revelam-novo-cabo-eleitoral-o-whatsapp/>>. Acesso em: 08 de julho de 2016.

URBINATI, Nadia. **Da democracia dos partidos ao plebiscito da audiece.** 89. ed. São Paulo: Lua Nova, 2013. p. 85-105.

URBINATI, Nadia. **O que torna a representação democrática?** 67. ed. São Paulo: Lua Nova, 2006. p. 191-228.